

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

**Influência da União Económica e Monetária da África Ocidental
(UEMOA) nas Finanças Públicas da Guiné-Bissau**

Erikson Júlio Malomar

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia
Monetária e Financeira

Orientador:

Doutor Emanuel Cláudio Reis Carvalho Leão

ISCTE

Lisboa, setembro de 2017

AGRADECIMENTOS

A minha família foi e será sempre para mim meio caminho andado para o sucesso, por isso, agradeço de modo geral a todas as pessoas que fazem parte dela, em especial a minha querida e amada esposa Apolizela Nadine Martins de Carvalho Malomar; aos meus pais, Júlio Malomar e Fligência Malomar, por todo o apoio, moral e financeiro, que sempre me disponibilizaram, isso fez com que o meu sucesso académico fosse possível; e aos meus irmãos, Oseias Malomar, Ortolano Malomar, Bamé Malomar e Nautaran Malomar.

Dedico esta tese a minha bisavó Sábado Kolbert Mendonça, em sinal de gratidão e apreço por ter me educado, fazendo de mim o homem que sou hoje, e principalmente, por ter acreditado sempre em mim sem nenhuma restrição.

Agradeço a minha avó Duque Das Neves Sanca por um dia ter me ensinado a ler. Endereço também o mesmo agradecimento para o meu avô Mirana Das Neves Sanca por me ter ajudado a tomar a decisão de seguir uma formação superior, decisão esta que se revelou das melhores e mais importantes da minha vida.

Por fim, direciono um especial agradecimento ao meu professor e orientador Doutor Emanuel Leão.

RESUMO

A Guiné-Bissau é um dos oito países integrantes da União Monetária e Económica da África Ocidental (UEMOA), ao entrar na UEMOA passou a pertencer a zona da moeda única o Franco CFA, isto levou as autoridades da Guiné-Bissau a adotarem um conjunto de medidas modernas para conduzir a sua economia com vista a consolidação da estabilidade orçamental e melhoria da qualidade, transparência e eficácia das finanças públicas.

Com o presente trabalho pretende-se analisar a influência da UEMOA nas finanças públicas da Guiné-Bissau, deste modo, perceber de que forma a UEMOA afeta as finanças públicas e consequentemente a economia guineense; com isso apurar se a UEMOA é um entrave ou um motor no desenvolvimento económico da Guiné-Bissau, para isso é feita uma análise das variáveis das finanças públicas guineense (receita, despesa, défice e dívida pública) em dois períodos de tempo, antes da integração na união de 1987 até 1997 e depois da integração em 1997 até 2016.

E para complementar esta análise das variáveis das finanças públicas é feita uma triagem da situação económica e social do país antes e depois da entrada na UEMOA.

Esta dissertação tem como foco a Guiné-Bissau, um país pequeno e com uma economia debilitada, onde reina constantemente a instabilidade política. Um país marcado por vários golpes de estado que entre outros diversos motivos tem sido um dos entraves ao desenvolvimento económico e social.

Palavras-chaves: Guiné-Bissau, UEMOA, Finanças Públicas e BCEAO

ABSTRACT

Guinea-Bissau is one of the eight countries member of the West African Monetary and Economic Union (UEMOA), entering the UEMOA became part of the single currency zone the CFA Franc, this led the authorities of Guinea-Bissau to adopt a set of modern measures to steer its economy with a view to consolidating budgetary stability and improving the quality, transparency and efficiency of public finances.

This paper intends to analyze the influence of UEMOA in the public finances of Guinea-Bissau, in order to understand how UEMOA affects the public finances and consequently the Guinean economy; to determine if UEMOA is an obstacle or an engine in Guinea-Bissau's economic development, for this purpose an analysis of the Guinean public finance variables (revenue, expenditure, deficit and public debt) is made a comparison of two periods of time before integration in the union from 1987 to 1997 and after integration in 1997 until 2016.

And to complement this analysis of the variables of the public finances a screening of the economic and social situation of the country is made before and after the entrance in UEMOA.

This dissertation focuses on Guinea-Bissau, a small country with a weak economy, where political instability is constantly reigning. A country marked by several coups d'état which among other reasons has been one of the obstacles to economic and social development.

Palavras-chaves: Guinea-Bissau, UEMOA, Public Finances and BCEAO

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - DESCRIÇÃO DO CONTEXTO DA GUINÉ-BISSAU.....	3
CARACTERIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU	3
ECONOMIA.....	4
POLÍTICA MONETÁRIA	5
SETOR FINANCEIRO	5
CAPÍTULO II - REVISÃO DA LITERATURA.....	7
CAPÍTULO III - METODOLOGIAS E DADOS.....	11
Metodologias	11
Dados	15
CAPÍTULO IV - RESULTADOS.....	15
GUINÉ-BISSAU ANTES DA ADESÃO A UEMOA.....	15
Situação Económica e Social	15
GUINÉ-BISSAU DEPOIS DA ADESÃO A UEMOA.....	17
Situação Económica e Social	17
FINANÇAS PÚBLICAS DA GUINÉ-BISSAU	21
Enquadramento	21
Receitas Públicas	21
Despesas Públicas	22
Défice.....	23
Dívida Pública.....	25
VARIÁVEIS MACROECONÓMICAS – ANÁLISE	26
Produto Interno Bruto (PIB)	26
Taxa do Crescimento Anual do PIB	27
Taxa de Inflação.....	28
Taxa de Desemprego.....	29

Taxa de Juro.....	30
CAPÍTULO V - NOTA CONCLUSIVA	31
CAPÍTULO VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35
ANEXOS	37

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - MAPA DA GUINÉ-BISSAU	3
Figura 2 - RECEITA PÚBLICA TOTAL: EM % PIB	22
Figura 3 - DESPESA PÚBLICA TOTAL: EM % PIB	23
Figura 4 - DÉFICE: EM % PIB	24
Figura 5 - GUINÉ-BISSAU – DÍVIDA PÚBLICA % PIB	26
Figura 6 - PIB EM MIL MILHÕES DE FRANCO CFA	27
Figura 7 - TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB	28
Figura 8 - TAXA DE INFLAÇÃO	29
Figura 9 - TAXA DE DESEMPREGO	30
Figura 10 - TAXA DE JURO.....	31

INTRODUÇÃO

Pergunta de Investigação

Quais as Influências da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) nas Finanças Públicas da Guiné-Bissau?

Pretende-se com esta dissertação perceber de que forma a UEMOA afeta as finanças públicas e conseqüentemente a economia guineense; e se a UEMOA é um entrave ou um motor no desenvolvimento económico da Guiné-Bissau, por fim analisar os comportamentos das variáveis das finanças públicas e macroeconómicas.

Relevância da pergunta de Investigação

Após duas décadas como Estado membro da UEMOA, é perceptível o débil desenvolvimento económico e social do país em comparação com os outros Estados membros da UEMOA, com isso, torna-se relevante compreender os reais entraves ao desenvolvimento económico e social da Guiné-Bissau. Ou seja, porquê que as vantagens oferecidas pela união não foram capazes de impulsionar a economia guineense.

O que a tese trás de novo

A presente dissertação apresenta uma alusão sobre a evolução das finanças públicas da Guiné-Bissau antes e depois da integração na união monetária e económica.

A dissertação também passa pela análise empírica das situações económicas e sociais para os mesmos períodos.

Metodologias e dados a utilizar

Serão utilizados métodos qualitativos, o que passará pela análise de dados da UEMOA, da *World Economic Outlook – International Monetary Fund (WEO, IMF)* e gráficos da *trading economics*.

Com os dados da UEMOA e da *WEO, IMF* foram produzidos gráficos de modo a compreender melhor as evoluções das finanças públicas da Guiné-Bissau e da situação macroeconómica do país.

Respostas a pergunta de investigação

Muitos autores consideram que o país se beneficiou de numerosas vantagens depois da entrada da Guiné-Bissau na zona franco CFA, tais como: a estabilidade monetária, estabilização da taxa de câmbio, a redução de custos e o aumento da competitividade nos setores da exportação, e entre outros.

A UEMOA tem afetado as finanças públicas guineense através das suas diretivas da lei das finanças, com vista a consolidação da estabilidade orçamental e melhoria da qualidade, transparência e eficácia das finanças públicas; também através da sua política comercial, com aplicação da tarifa externa comum; e por fim, através dos critérios de convergência da união que o país se viu obrigado a adotar.

No que diz respeito ao desenvolvimento económico da Guiné-Bissau a UEMOA pode ser uma força motora, isto é, se associarmos os benefícios que a união oferece com a boa governação, o país poderá atingir um crescimento económico e social sustentável, proporcionando o bem-estar a população.

Estrutura da dissertação

Introdução – começa pela apresentação da pergunta de investigação e a sua relevância, depois realça-se os pontos que a dissertação trás de novo, a metodologia e os dados usados para a realização da dissertação, e por fim, apresenta-se um resumo das respostas a pergunta de investigação.

Capítulo I - Descrição do contexto do país – é feita uma breve caracterização da Guiné-Bissau, a sua situação económica, monetária e financeira atual.

Capítulo II - Revisão da Literatura – revisão literária relevante ao tema e à organização (UEMOA).

Capítulo III - Metodologia e dados – descrição pormenorizada do método utilizado na elaboração do trabalho e o tratamento dos dados.

Capítulo IV - Resultados – análise empírica das situações económicas e sociais do país antes e depois da entrada na UEMOA, posteriormente, é analisada as variáveis das finanças públicas e macroeconómicas.

Capítulo V - Nota Conclusiva – discussão de resultados e respostas as perguntas de investigação.

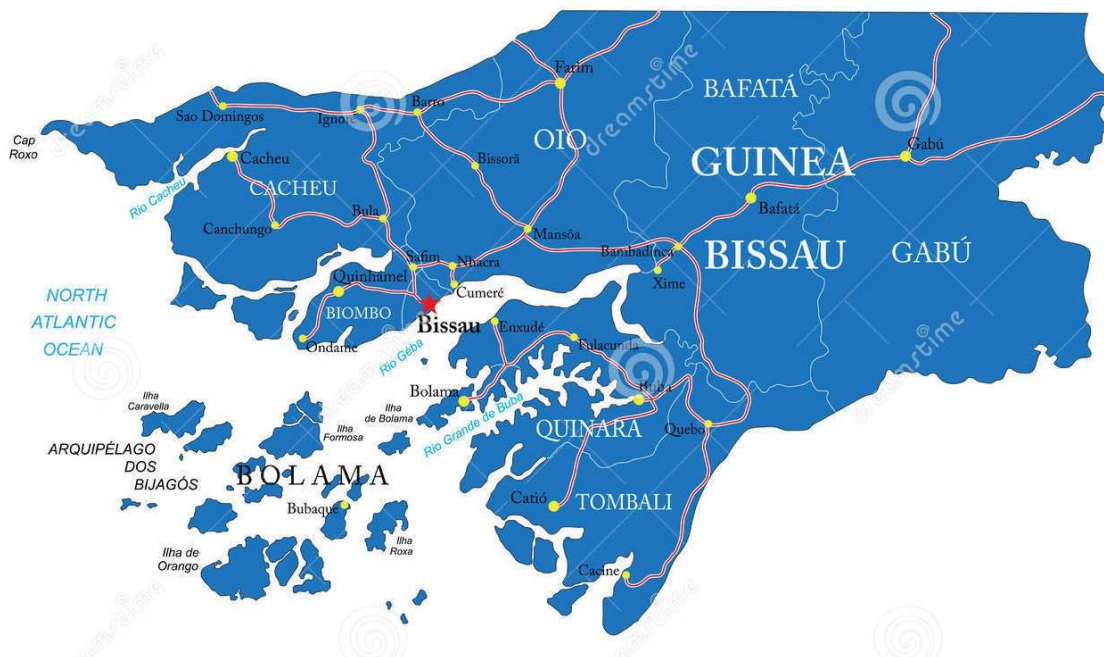
CAPÍTULO I - DESCRIÇÃO DO CONTEXTO DA GUINÉ-BISSAU

CARACTERIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau, é um pequeno país situado na costa ocidental de África, com uma superfície total de 36 130 km². Localiza-se com o Senegal a norte, com o oceano atlântico a ocidente e a Leste e a Sul com a Guiné-Conacri. Além do território continental, integra ainda cerca de 80 ilhas que constituem o Arquipélago dos Bijagós. Segundo os dados do Banco Mundial (BM), desde 2015 que o país tem cerca de 1,844 milhões de habitantes, e com um PIB per capita de \$1.057 de mil milhões, e é considerado um dos países mais frágeis do mundo, no entanto com um potencial de desenvolvimento largamente inexplorado.

Em 1974, as colónias portuguesas da Guiné-Bissau e Cabo Verde alcançaram a independência após uma luta de libertação que durou quase 20 anos. O conflito situou-se entre os mais longos e sangrentos das guerras de independência em África. Em 1981, a Guiné-Bissau e Cabo Verde dividiram-se, na sequência do primeiro golpe militar da história da Guiné-Bissau, que removeu Luís Severino de Almeida Cabral, o primeiro presidente do país, da Presidência. Desde então, a trajetória de desenvolvimento dos dois países tomou rumos muito distintos.

Figura 1 - MAPA DA GUINÉ-BISSAU



ECONOMIA

O país apresenta uma economia rural, muito dependente da colheita da castanha de caju e com uma produção limitada de arroz e horticultura. As castanhas de caju são também a principal exportação, correspondendo a cerca de 85% a 99% do total de exportações nacionais. A nível nacional quase todos os pequenos agricultores guineenses cultivam caju, e a vasta maioria da colheita da castanha de caju é produzida por estes pequenos agricultores; sublinhando-se a forte ligação entre os rendimentos das famílias, os movimentos dos preços agrícolas e os níveis de produção, especialmente para a camada mais pobre. Todo o arroz produzido no país é consumido domesticamente e as exportações de arroz estagnaram. Diversas famílias envolvem-se em agricultura de subsistência, ou seja, produzir para consumir, incluindo a colheita de arroz. As pescas são relativamente subdesenvolvidas na Guiné-Bissau. A agricultura e outras atividades do sector primário correspondem a mais de 40% do Produto Interno Bruto (PIB). De acordo (Diop *et al*, 2015), ao longo dos últimos 10 anos o crescimento tem sido reduzido, com uma média de 3,1%, desempenho este situado ligeiramente acima da metade do desempenho da África Subsaariana, que atingiu uma média de 5%.

A balança de pagamentos é dominada pelas exportações de castanhas de caju, e as importações por alimentos e combustíveis. Outros influxos incluem volumes consideráveis de remessas dos emigrantes e apoio dos doadores.

A economia guineense é largamente informal, e com um setor privado carenciado de desenvolvimento, o que não permite que a camada mais pobre da população possa sair da pobreza tendo em conta o apoio reduzido que é providenciado pelo Governo.

Considera-se a instabilidade política como o responsável por quedas amplas no rendimento. Os golpes militares com e sem sucesso, os assassinatos políticos e a instabilidade civil têm marcado a história da Guiné-Bissau, sendo responsáveis pela maioria dos períodos de recessão na Guiné-Bissau, pois os doadores, por sua vez, retiram o seu apoio. Uma vez que o apoio dos doadores tem sido vital para financiar os investimentos públicos e uma parte dos salários do setor público, o efeito da retirada dos doadores da economia é considerável.

POLÍTICA MONETÁRIA

A Guiné-Bissau é um dos oito países integrantes da União Monetária e Económica da África Ocidental (UEMOA), uma organização de integração regional criada por sete países, mediante a assinatura de um tratado em Dakar, Senegal, a 10 de janeiro de 1994, pelos chefes de Estado e de Governo do Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo, e a 2 de maio de 1997, a Guiné-Bissau tornou-se membro da organização.

A Guiné-Bissau ao entrar na UEMOA passou a pertencer a zona da moeda única Franco CFA, isto levou as autoridades da Guiné-Bissau a adotarem um conjunto de medidas modernas para conduzir a política monetária e da taxa de câmbio. No centro encontra-se o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), *Banque Centrale des Etats de l'Afrique de l'Ouest*, acrónimo em Francês, que tem um historial extenso de implementar uma política monetária cautelosa a nível regional focada particularmente em manter a consistência do acordo de paridade com o Euro. Neste contexto, o financiamento monetário do défice orçamental não é uma opção para a Guiné-Bissau. Como resultado, na Zona FCFA e na Guiné-Bissau, tem-se registado uma inflação reduzida e estável, embora a Guiné-Bissau permaneça vulnerável à inflação importada. Ser membro da união monetária também significa que a competitividade externa não pode ser expandida através de políticas cambiais, por isso, considera-se que o aumento da produtividade deve ser a chave para impulsionar a competitividade e os salários reais.

SETOR FINANCEIRO

O setor financeiro guineense é pouco profundo e limitado em grande parte ao sector bancário. O sistema financeiro é dominado por subsidiárias de bancos pan-africanos, o Ecobank Guiné-Bissau, o Banco da África Ocidental (BAO), o Banco da União (BDU), o Orabank (antigo BRS). Segundo o relatório realizado no âmbito do projeto Terra Ranca (Diop *et al*, 2015), estes quatro bancos comerciais detêm cerca de 94% dos ativos do sistema financeiro e representam cerca de 34% do PIB. Tendo como principal negócio a coleta de depósitos, a concessão de crédito a empresas de média dimensão, e lidar com títulos financeiros do Governo.

Existe na Guiné-Bissau um amplo número de constrangimentos ao aprofundamento maior do sistema financeiro. Um setor informal substancial e baseado em numerário, as margens

relativamente elevadas de taxas de juro, o acesso escasso ao financiamento bancário, as garantias insuficientes, e as práticas precárias de contabilidade financeira colocam obstáculos significativos ao desenvolvimento do sistema financeiro do país. Adicionalmente, as infraestruturas precárias, o sistema de pagamentos rudimentar, os sistemas legais e judiciais fracos, a falta de um sistema de referência de crédito, e a instabilidade política afetam a capacidade do setor financeiro de providenciar apoio adequado ao sector privado; sendo que o acesso ao financiamento é frequentemente citado como uma barreira chave ao crescimento do sector privado nacional.

Do lado da oferta, a intermediação financeira na Guiné-Bissau é severamente afetada por um ambiente de negócios arriscado, uma incapacidade de avaliar o risco de forma fiável devido a défices importantes de informação, e a opções insuficientes de mecanismos legais quando o risco se materializa. Em simultâneo, a procura por financiamento é constrangida pela escassez de candidaturas viáveis a empréstimos e oportunidades viáveis de investimento. Esta procura é também minada devido à ausência de uma cultura de poupança das famílias e falta de conhecimento da população acerca dos produtos e serviços financeiros. A infraestrutura física (balcões) precária impede a expansão do sistema bancário.

Do lado da procura, o acesso ao crédito é constrangido pela fraca capacidade produtiva das empresas, entre outros impedimentos. Estes incluem o clima de investimento nocivo para as empresas, combinado com a insegurança política e económica, predominância do sector informal, infraestruturas de mercado e institucionais fracas, incluindo direitos contratuais e respetiva aplicação, agência de informação de crédito, e *standards* de contabilidade e de relato.

O segmento de instituições financeiras não bancárias é subdesenvolvido e dominado na íntegra por companhias de seguros, especialmente de automóvel e de responsabilidade civil. Existem três companhias de seguros registadas no Ministério das Finanças, incluindo a Guineebis, a companhia nacional de seguros privatizada em 1997; *Alliance Bissau*, uma subsidiária da *Alliance Senegal*; e *Nouvelle Société Interafricaine d'Assurance* (NSIA). No entanto, nenhuma destas companhias tem agências fora da capital Bissau. Destaca-se a fraca atividade comercial; a falta de capacidade institucional e humana nas companhias de seguros; falta de conhecimento do público sobre produtos de seguros; e pouca aplicação da legislação, como sendo os principais fatores que constroem o crescimento do setor de seguros na Guiné-Bissau.

CAPÍTULO II - REVISÃO DA LITERATURA

O presente trabalho passará por análise de estudo de caso sobre a “Influência da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) nas Finanças Públicas da Guiné-Bissau”, deste modo, perceber de que forma a UEMOA afeta as finanças públicas e consequentemente a economia guineense; se a UEMOA é um entrave ou um motor no desenvolvimento económico da Guiné-Bissau, por fim analisar os comportamentos das variáveis macroeconómicas.

(Mundell, 1961, p. 5) Na sua alusão sobre a área monetária ótima, refere que “*an essential ingredient of a common currency, or a single currency area, is a high degree of factor mobility*”.

(OLIVIER, 2014) Citando (Mundell, 1961), destaca a conclusão do autor, que afirma que para haver uma área monetária ótima é preciso que haja a mobilidade da mão-de-obra, flexibilidade dos preços e dos salários de modo a haver equilíbrio nas balanças correntes entre os países da união, combatendo o desemprego e o défice nesses países, ou seja, isso garante que ao deparar com um choque assimétrico, que afete negativamente o emprego e as contas externas de um certo país, irá ser absorvido através da flexibilização dos salários ou movendo o fator trabalho (mão de obra) e isto originará a alteração necessária nos preços relativos, dispensando o recurso à taxa de câmbio nominal na recuperação da competitividade.

Nesse sentido o autor concluiu que:

A UEMOA não é uma área monetária ótima segundo esses critérios. Isto porque, a mobilidade de mão-de-obra não se aplica, pois, a imigração das populações entre os países da união explica-se devido as condições naturais e não por condições salariais como era suposto ser.

Em seguida, a flexibilidade dos preços e dos salários não se aplicam também à zona, porque a redução dos salários em particular é algo impossível, já que as condições de vida das populações são muito difíceis, devido ao bloqueio dos salários dos funcionários durante muito tempo, enquanto o preço das mercadorias aumenta no período.

(OLIVIER, 2014) Citando (McKinnon, 2011), diz que é fundamental que haja um grau de abertura da economia dos países pertencentes a união, para que esta seja uma união monetária ótima, concluindo que:

As economias dos países da união são pouco abertas ao exterior, na medida em que os coeficientes do grau de abertura variam entre 0,2 e 12,1%, ou seja, muito pouco elevados.

No estudo sobre a zona monetária ótima (ZHAO & KIM, 2009) destacam que:

Ter uma moeda comum pode oferecer um ambiente de baixa inflação quando está firmemente vinculado a uma moeda de âncora forte. No entanto, o caso da zona franco CFA mostra claramente que não se deve esperar mais do que isso.

O crescimento econômico na região tem sido medíocre e fortemente dependente de choques externos, tais como grandes variações nos termos de troca. O comércio intrarregional ainda é uma pequena parcela e quase metade dos países continuam a ser dos mais pobres do mundo. Apesar da notável longevidade da união monetária, verifica-se que há pouca convergência na semelhança da estrutura econômica entre os membros. Sugere que a união monetária na zona do franco CFA pode ter sido custosa de manter a menos que os países membros sejam compensados com alguns outros benefícios.

(Couharde *et al.*, 2013, p. 2), no seu estudo desenvolveram uma abordagem focada nas condições econômicas que tenham assegurado a durabilidade do compromisso cambial ao longo do tempo, e concluíram que: *“Despite the CFA zone countries failed to meet several major criteria for being an OCA, the currency union has survived, suggesting that the CFA zone, while not being optimal, has been at least sustainable”*. Definindo uma área monetária sustentável como sendo uma união onde as taxas de câmbio reais não se desviem persistentemente dos seus caminhos de equilíbrio.

Os autores acreditam que a UEMOA tem sido o estímulo de equilíbrios internos e externos e/ou tem facilitado os ajustes ao choques macroeconomicos dos países membros, por isso deve ser qualificado como uma união sustentável.

(Couharde *et al.*, 2013, p. 2) foram mais longe, testando a sustentabilidade da área, por via da análise da dinâmica das taxas de câmbio reais, porque acreditam que as taxas de câmbio reais

afetam e são afetadas por todas as outras políticas, e que o seu comportamento pode então dar uma boa indicação do funcionamento de um regime cambial. Para isso, contaram com abordagens de taxas de câmbio de equilíbrio que procuram estabelecer se as taxas de câmbio reais estão próximas dos seus valores de equilíbrio, utilizando a abordagem de Taxa de Câmbio de Equilíbrio Comportamental, que permite que a taxa de câmbio real varie em torno de um valor de equilíbrio variável no tempo. Em particular, estimaram o processo de convergência das taxas de câmbio reais para o equilíbrio, para verificar se ele foi mais eficaz na zona do franco CFA, em comparação com outros países da África Subsaariana que partilham a maior parte das características salientes dos países da zona CFA (produtores de matérias-primas, países de rendimento baixo ou médio). Concluindo que, as taxas de câmbio real convergem para o seu nível de equilíbrio mais rapidamente na zona CFA do que em outros países da África Subsaariana. Em segundo lugar, os resultados mostram o papel fundamental dos fundamentos neste processo de convergência na zona CFA, enquanto que nos outros países da África Subsaariana o ajustamento decorre principalmente da política cambial. Por último, este resultado continua a ser válido quando são considerados membros individuais da zona CFA, o que sugere que os acordos CFA têm sido sustentáveis não só para toda a área CFA, mas também para os seus países membros.

Quando o objetivo primeiro da política monetária for a estabilidade de preços e com regime cambial flexível, a teoria económica do modelo Mundell sobre a economia aberta, prevê que, a política monetária torna-se num instrumento poderoso de estabilização económica, através dos efeitos das taxas de juro sobre a atividade económica, em particular sobre o emprego, sobre os preços e sobre a taxa de câmbio, (Cabral, 2000).

(Farto & Morais, 2010), realçam que:

A política monetária não é necessariamente feita à medida de todos os estados que integram uma união monetária e que, sobretudo para as economias mais pequenas, a política monetária unificada não provocará necessariamente uma estabilização do output gap e da inflação na presença de choques económicos nacionais. Ou seja, os benefícios das decisões de política monetária não serão igualmente distribuídos por todos os membros de uma união monetária.

Segundo (Cabral, 2000, p. 5), uma das condições para o sucesso de uma união monetária, além da flexibilidade de salários e mobilidade do trabalho, é “o papel do orçamento comunitário como estabilizador automático no espaço da união”.

(Sanfins dos Santos, 2013, p. 6), reforçando a ideia da importância da política orçamental, afirma que este é o único instrumento de estabilização conjuntural passível de ser utilizado pelas autoridades de política económica de cada país numa união. E a exposição das dívidas soberanas a choques macroeconómicos levou à questão da sustentabilidade das finanças públicas, devido ao facto de elevadas dívidas públicas condicionarem a utilização da política orçamental que, num quadro de uma união monetária constitui o único instrumento de estabilização disponível no combate a choques macroeconómicos.

Após a revisão da literatura podemos verificar nos estudos dos autores referidos acima, que existe uma série de critérios que uma união monetária tem de cumprir para ser considerada uma zona monetária ótima. Nos trabalhos de (ZHAO & KIM, 2009) e (Couharde *et al.*, 2013, p. 2) sobre a zona do franco CFA, verifica-se alguma divergência na conclusão dos autores, relativamente aos primeiros, utilizam a abordagem tradicional e desse modo, concluem que a união não oferece mais do que a baixa inflação, pois quase metade dos países da união continuam a ser dos mais pobres do mundo; enquanto que os últimos, utilizando uma abordagem assente na sustentabilidade das taxas de câmbio, concluem que a UEMOA é uma união monetária sustentável. A luz disso torna-se pertinente investigar até que ponto a UEMOA é uma zona monetária ótima para economias pequenas como é o caso da Guiné-Bissau. Para isso, propõe-se analisar as finanças públicas da Guiné-Bissau, de modo a perceber as influências trazidas pela UEMOA.

CAPÍTULO III - METODOLOGIAS E DADOS

Metodologias

Os autores (Pereira *et al*, 2007), no seu livro distinguem dois modos de análise, a normativa e a positiva, das atividades financeiras das entidades do setor público. A primeira permite avaliar estados sociais, ou seja, produzir juízos de valor acerca da situação atual da sociedade ou da adoção de uma política pública (meios a utilizar e efeitos esperados). Enquanto que a segunda permite explicar o que já existe, e prever as consequências em certas variáveis, isto é, objetivo de alterações em uma ou mais variáveis instrumentais e estruturais.

Visto isso, este trabalho baseia-se na análise positiva das finanças públicas da Guiné-Bissau. Pretendendo-se analisar a economia da Guiné-Bissau antes e depois da integração na UEMOA, nomeadamente o comportamento do mesmo mediante a aplicação dos critérios de convergências da união na economia guineense, tendo como critérios do primeiro nível: I) saldo orçamental de base em relação ao PIB, $\geq 0\%$, II) inflação inferior a 3%, III) não acumulação dos atrasados de pagamento internos ou externos do Estado no período corrente e, IV) peso da dívida interna e externa em relação ao PIB $\leq 70\%$. E critérios de segundo nível: I) massa salarial $\leq 35\%$ das receitas fiscais, II) investimentos públicos financiados pelos recursos próprios $\geq 20\%$ das receitas fiscais, III) défice exterior corrente excluindo os donativos em relação ao PIB $\leq 5\%$ e, IV) carga fiscal atinge ao menos 17% do PIB.

Pretende-se com esta análise, explicar o comportamento dos principais indicadores das finanças públicas da Guiné-Bissau, a sua dinâmica antes e depois da integração na zona da moeda única (franco CFA). De modo a ilustrar o comportamento destes indicadores, apresentar-se-á gráficos que abrangem o período entre 1987 e 2016. Sendo que, de 1987 a 1996 é o período antes da adesão e de 1997 a 2016 o período depois da adesão.

O estudo irá se debruçar na análise das seguintes variáveis mais explicativas das finanças públicas:

Receitas Públicas - pode ser definida como sendo todas as somas em dinheiro ou recurso equivalente, cujo beneficiário é o Estado ou uma outra entidade pública administrativa, e que têm como finalidade principal satisfazer as necessidades financeiras e outros fins públicos relevantes, (Pereira, *et al*, 2012).

Aplicando a realidade concreta da economia guineense, as receitas públicas, segundo a sua natureza económica é possível identificar e caracterizar dois principais modalidades (receita corrente e doações). É importante chamar atenção de que quando se junta os financiamentos fala-se das receitas públicas totais.

Receita corrente – que inclui as receitas fiscais e não fiscais; tendo dentro do primeiro os impostos diretos e os impostos sobre comércio externo, e no segundo a receita de capital. Sendo as receitas fiscais a mais importante fonte de financiamento público, tendo em conta as próprias características dos serviços públicos que com elas se visam financiar e a natureza de instrumento de política económica usado para prossecução de objetivos redistributivos.

Doação (Donativo) – é um conceito que de acordo com o Comité da Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), caracteriza os recursos disponibilizados, pelos chamados Países doadores ou Organizações Internacionais aos Países e Territórios em desenvolvimento, para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), através de organismos públicos, a nível local, central ou agências, com o objetivo de promover o desenvolvimento desses países.

As doações tem sido o maior financiador do défice público desde a data da independência (1974) até ao período que precederam a entrada na UEMOA, devido a fraca capacidade no controlo e gestão das finanças públicas, nomeadamente na recolha das contribuições fiscais.

Financiamento – as necessidades de financiamento surgem quando o saldo global se apresenta negativo, ou seja, deficitário. No caso do Estado da Guiné-Bissau, visto que as receitas públicas (receitas correntes e doações) não têm conseguido satisfazer as necessidades das despesas orçamentadas, o financiamento (interno e externo) tem assumido uma posição de grande relevo. O financiamento interno refere-se aos bancários e não bancários.

Deste modo, espera-se que, com as melhorias dos instrumentos de política económica e monetária introduzidas no âmbito da gestão das finanças públicas em cumprimento das diretivas da UEMOA, que as arrecadações das receitas públicas evoluam de uma forma crescente, de modo a permitir a realização da maior parte das despesas públicas; e que as receitas correntes sejam o maior impulsionador desta evolução, diminuindo assim a importância das doações e do financiamento na acumulação das receitas públicas totais.

Despesas Públicas é considerada em termos genéricos como um fator importante para a promoção do crescimento económico e do bem-estar social. Por outro lado, um nível reduzido de despesa pública significa que serão necessárias menos receitas públicas para obter o equilíbrio das contas públicas, o que significa também menos impostos e contribuindo para estimular o crescimento e o emprego. A despesa pública também é naturalmente uma variável chave no que diz respeito a sustentabilidade das finanças públicas, (Pereira, *et al*, 2012).

Pode-se destacar, em termos da classificação económica, três rubricas importantes que constituem as despesas públicas totais guineense:

Despesa corrente – esta despesa inclui os gastos com os salários, transferências e subsídios, as subvenções às empresas públicas e outras despesas correntes.

Despesa de capital – constituída pelos financiamentos para projetos de investimentos do Estado. Nos anos após a independência a maior parte dos financiamentos eram direcionadas para a industrialização, nomeadamente as infraestruturas de transportes e comunicações. Nos últimos anos a aposta tem sido feito no âmbito dos sectores sociais e agrícolas (educação, saúde e agricultura), e uma ligeira atenção para a infraestrutura.

Outras Despesas – estas despesas são constituídas na sua maior parte pelos empréstimos efetuados pelo Estado.

É natural também que se espera que haja um controlo mais rigoroso e com uma tendência de longo prazo crescente das despesas públicas em relação ao rendimento com a entrada na união económica e monetária. De modo a estabelecer o equilíbrio adequado entre um menor endividamento público, menos imposto e financiamento do investimento público, redirecionando a despesa pública para o aumento da acumulação de capital (físico e humano). Espera-se ainda que o crescimento da despesa pública esteja associado principalmente com o aumento das receitas correntes, pois isso implicaria que as despesas públicas fossem tratadas como o resultado do crescimento do rendimento nacional visto que o Estado é o maior empregador da sociedade guineense.

Défice – as necessidades de financiamento líquidas da administração pública constituem a existência do défice, ou seja, quando o valor das despesas públicas excede o valor das receitas públicas. Embora, esta existência por si só não significa que exista algum problema ao nível

das contas públicas, isso porque, por vezes o Estado realiza grandes projetos cuja implementação se reparte em vários anos e as quais estão associados elevados custos, por isso, principalmente nos primeiros anos o Estado precisa captar recursos adicionais no mercado de capital. Sendo o cálculo do défice a diferença entre as despesas e as receitas, ou seja, despesas públicas fora receitas públicas.

Relativamente ao défice, no caso da Guiné-Bissau, é de grande relevância apurar a origem da existência contínua e estrutural de elevados défices antes da integração, no sentido de perceber se a integração trouxe alguma melhoria nesta variável.

Dívida Pública – é o valor total da dívida que o Estado tem para com os parceiros externos e internos, recorrendo ao financiamento no sentido de financiar a existência de défices orçamentais. Concretamente, o Estado guineense não dispendo fortemente dos mecanismos mais tradicionais de captação de financiamento, - emissão da dívida pública (através dos instrumentos: obrigações e bilhetes do tesouro, certificados de aforro e certificados de tesouro) - privatizações das empresas e vendas dos bens públicos - emissão da moeda, recorre aos empréstimos junto dos bancos comerciais e dos credores externos.

Verificando a existência de défice numa economia, naturalmente influenciará as necessidades de financiamento, com isso, importa destacar os efeitos relevantes da adesão ao franco CFA na economia guineense, de modo a perceber se o país tem cumprido com o critério de convergência que o obriga a ter um peso da dívida interna e externa em relação ao PIB $\leq 70\%$.

Sendo assim, estas são as variáveis que caracterizam o estado das finanças públicas guineense que irá permitir a compreensão da evolução económica do país ao longo do tempo.

Dados

Os dados da Guiné-Bissau para o presente estudo abrangem um período de trinta anos “1987 – 2016”, sendo os primeiros dez anos “1987 – 1996” o período que antecede a integração na UEMOA, e os vinte anos posteriores “1997 – 2016” o período em que a Guiné-Bissau já pertence a união.

A unidade de medida das variáveis é em mil milhões de franco CFA, segundo os dados recolhidos da base de dados do BCEAO e da *World Economic Outlook – International Monetary Fund (WEO, IMF)*. Tendo uma periodicidade anual.

As receitas públicas, as despesas públicas, o défice, e a dívida pública são variáveis expressas em percentagens do PIB. Tal como variáveis das finanças públicas, as variáveis macroeconómicas também são expressas em percentagem do PIB.

O aspeto mais relevante, no que diz respeito as limitações dos dados, é o facto de os dados do BCEAO e da *WEO, IMF* não coincidirem, não sendo possível cruzar estes dados.

CAPÍTULO IV - RESULTADOS

GUINÉ-BISSAU ANTES DA ADESÃO A UEMOA

Situação Económica e Social

Após a independência, a Guiné-Bissau começou a empreender esforços para pôr em prática as ideologias/princípios que nortearam a luta pela independência, baseada numa economia centralizada, que começou muito antes da proclamação da independência. Segundo (Carvalho, 2015), no âmbito da governação das zonas libertadas foram criadas os “Armazéns do Povo”, com o papel de assegurar o aprovisionamento das populações em bens de primeira necessidade. Através de troca direta, os camponeses trocavam os seus produtos agrícolas por artigos essencialmente recebidos através da assistência internacional. O sistema assente nos Armazéns do Povo criou uma economia que permite nutrir minimamente as necessidades das populações.

A luta armada pela independência terminada em 1974 encontrou o país com um grau de desenvolvimento extremamente baixo, sejam quais forem os indicadores utilizados; isso significa que as estruturas físicas, os recursos humanos e financeiros não permitiam um processo autónomo de acumulação para uma estratégia de desenvolvimento acelerado, tendo sempre que recorrer a grandes ajudas externas, (SANGREMAN, 2016).

O mesmo autor considera ainda que a partir de 1987 até 1997, o país evoluiu para um novo quadro de elaboração e decisão de toda a política económica e social, constituído pelas seguintes componentes: - programas de governo, que tendencialmente são constituídos por listas de dezenas de intenções sem qualquer relação com financiamentos, recursos humanos ou organizações e estruturas de execução; - cartas de intenções assinadas com o FMI, onde se estabelecem as condições e metas de estabilização para desbloqueamento de tranches dos financiamentos acordados; - programas de ajustamento, como documentos de estratégia exigidos pelas organizações internacionais.

Estes programas de ajustamentos que vieram a ter destaque a partir de 1983, período em que o país “encontrava-se numa profunda crise caracterizada por um excessivo índice de consumo público e privado com forte impacto nas importações; estrangulamento na produção agrícola; políticas financeiras caracterizadas por elevados défices orçamentais com vista a suportar um vasto programa de investimento público; taxas de inflação elevadas; um défice externo acumulado e conseqüente atraso no cumprimento do serviço da dívida e ainda a forte dependência externa” (Cruz, 2007).

A evolução fraca da economia do país desde 74 até aos anos 80, que se traduzia numa taxa de crescimento do PIB real anual por habitante de 2%; e uma constante crise macroeconómica em que o país se encontrava mergulhada ao longo dos anos, “impulsionou o processo de integração da Guiné-Bissau na UEMOA, tendo sido priorizada a integração monetária como primeiro passo para a tão ambicionada moeda estável e convertível, como condição básica de estabilidade económica e financeira propícia ao lançamento das bases de uma política nacional de desenvolvimento, orientadas no sentido da liberalização e do aprofundamento do mercado” (Pereira J. M., 2012).

A mesma tese é defendida por (SILVA, 2015), quando afirma que “a Guiné-Bissau sentiu a necessidade de integrar a UEMOA por ter vivido anos de desequilíbrios macroeconómicos marcantes, nomeadamente, uma depreciação do Peso (ex-moeda local), um sistema financeiro deficiente, um défice persistente, um mercado pouco atrativo aos investidores e com a estrutura

de produção pouco diversificada, com a castanha de caju a constituir 90% do valor das exportações totais do país. Esses fatores, somados ao fato de que o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e a poupança das famílias eram baixos devido a não conversibilidade da sua moeda”.

Considera ainda que o contexto econômico da sub-região também foi determinante na escolha de Franco CFA para substituir o Peso guineense. A debilidade do setor industrial e a falta de infraestrutura adequada obrigava o país a importar quase todos os produtos.

GUINÉ-BISSAU DEPOIS DA ADESÃO A UEMOA

Situação Económica e Social

A UEMOA com as suas diretivas da lei das finanças; as regras gerais da contabilidade pública; a nomenclatura do orçamento do estado; o plano contabilístico do Estado; a tabela das operações financeiras do Estado – TOFE; e o código de transparência, permitiu ao Estado guineense adotar um processo de reformas estruturais no domínio das finanças públicas com vista a consolidação da estabilidade orçamental e melhoria da qualidade, transparência e eficácia das finanças públicas. Estas reformas traduziram-se nomeadamente na implementação de um quadro jurídico e contabilístico moderno da gestão das finanças, no reforço do sistema de controlo e na melhoria da gestão operacional do orçamento, incluindo a operacionalização do Sistema Integrado de Gestão das Finanças públicas (SIGFIP) nos departamentos ministeriais, para melhorar a eficácia e a transparência na execução do orçamento; permitindo assim, a redução do défice orçamental.

A política comercial está enquadrada nas recomendações da UEMOA para todos os países da união, com uma orientação bastante liberal, com previsibilidade e transparência do regime tarifário. A Guiné-Bissau, por sua vez, aplica a tarifa externa comum (TEC) da UEMOA sobre todos os produtos importados. A TEC dispõe de quatro categorias tarifárias com uma taxa máxima (com exceção do álcool e tabaco) limitada a 20%. Contudo, isso permitiu o país organizar-se para combater a corrupção, tráfico de produtos ilícitos e perigosos e fugas ao fisco.

A integração na UEMOA em 1997, trouxe consigo a extinção do Banco Central da Guiné-Bissau, o que permitiu ao Estado guineense entrar numa nova fase de desenvolvimento e estabilização económica. O Estado viu-se obrigado a cumprir vários critérios de convergência económica imposta pela união, com o objetivo de obter um melhor controlo na gestão das finanças públicas. Isso pôs fim ao financiamento monetário, ou seja, emissão de moeda para sustentar as despesas públicas, permitindo o acesso ao mercado de títulos da dívida pública da união, o que permitiu uma maior disciplina fiscal.

Relativamente ao setor financeiro, destaca-se a diversificação do setor bancário, o reforço da credibilidade do setor financeiro, a melhoria dos sistemas de pagamentos e a participação no mercado interbancário, monetário e financeiro da união, como sendo os principais benefícios trazidos pela UEMOA nesse campo.

Segundo (Pereira J. M., 2012), a entrada na UEMOA, permitiu ao país pelo menos reduzir as pressões inflacionistas, um fator-chave, particularmente para países pequenos que têm como objetivo um aumento sustentável das exportações.

Após a adesão, a redução de custos e o aumento da competitividade nos setores da exportação ou da substituição de importações beneficia de ganhos em eficácia em matéria de produção, uma vez que a taxa de câmbio deixou de poder ser utilizada como instrumento de política económica.

No plano político, a adesão da Guiné-Bissau contribui para o reforço da estabilidade regional. No plano económico e não menos importante o país beneficia de fluxos comerciais com os Estados-membros da zona franco.

Para (Carvalho, 2015) “à pertença a UEMOA ofereceu vantagens económicas imediatas, particularmente, no domínio monetário, consubstanciadas essencialmente na moeda comum, o Franco CFA, na sua estabilidade cambial e nos mecanismos de controlo da inflação que oferece”. Considera ainda que devemos “ter a consciência que o país tem, à partida, a desvantagem de situar-se na periferia destes espaços, distante do centro das dinâmicas económicas integradoras que normalmente têm a sua força localizada junto da(s) maior(es) potência(s) económica(s) da região”.

(Sambú, 2015, p. 54), considera que a entrada da Guiné-Bissau na união, após a guerra civil que assolou o país em 1998 – 1999, foi um fator de estabilidade em matéria de gestão monetária, embora os esforços empreendidos pelas autoridades nacionais desde 2004, com vista ao reforço

da governação, modernização da administração pública e da estabilidade macroeconómica, não tenham sido suficientes para se atingir um desempenho orçamental e macroeconómica durável.

Para o mesmo autor, a prolongada crise, desde a ocorrência da guerra civil, tem sido considerável no plano social com a queda drástica do nível de vida numa grande parte da população e a deterioração dos indicadores sociais. Ele aponta ainda a instabilidade política, a má gestão financeira e as dificuldades para implementar as reformas para modernização do sistema de gestão das finanças públicas como motivos da profunda degradação da qualidade da gestão das finanças públicas.

Para (Correia, 2012), fazendo referência ao relatório do (FMI, 2010), a situação económica e política da Guiné-Bissau tem sido difícil há já mais de uma década devido a instabilidade política (que começou com a guerra civil de 1998/99); frequentes mudanças do governo e fragilização das instituições. Que resultou nos sucessivos défices internos insustentáveis, devido a uma baixa base tributária, um elevado rácio de despesas/receitas internas e forte dependência do Orçamento de Estado face à ajuda externa. Fazendo com que o país apresente condições externas desfavoráveis, deixando a economia vulnerável a choques externos, dependendo apenas de um único produto de exportação no mercado que é a castanha de caju. Na opinião do autor, tudo isso tem como consequência o impacto negativo no crescimento económico e no processo de integração na UEMOA. Os efeitos da prolongada crise social têm sido consideráveis, originando uma drástica queda nos padrões de vida de grande parte da população e a deterioração dos indicadores sociais, a política económica e financeira foi fortemente afetada pelas crises políticas.

Segundo (DJALÓ, 2010), a entrada da Guiné-Bissau na UEMOA fez com que o país perdesse os instrumentos de política cambial como aqueles implementados nos anos oitenta até à segunda metade da década de noventa. Contrariamente ao que muitos proclamam sobre a adesão à União Monetária, ela tem benefícios e custos. O país subscreve o critério de convergência no que respeita ao défice orçamental, a dívida pública, inflação, entre outros.

Da mesma forma que a entrada na UEMOA implica perda de instrumentos de política cambial e monetária, ganha-se na imposição da disciplina monetária, garantindo uma inflação baixa, uma forma de facilitar e incentivar as trocas comerciais com a zona CFA, cujo resultado hoje se constata no Senegal.

O autor considera ainda que o caminho percorrido é curto diante do tamanho da estrada que o país deve percorrer para galgar posições mais relevantes no contexto mundial e para proporcionar ao seu povo condições de vida, saúde, emprego, educação e cidadania mais

próxima dos países mais desenvolvidos. Porém, para ele, não restou nenhuma dúvida que o processo de integração no qual a Guiné-Bissau se inseriu desde 1997 permitiu que essa jornada fosse iniciada. Havendo crescimento do PIB, a educação vem ampliando seu alcance, o país conta com a chegada de investimentos, além de ter ampliado seu leque de parceiros no comércio internacional, dentre outras melhorias, que apesar de tímidas, são significativas.

(SILVA, 2015), considera que após a Guiné-Bissau aderir a UEMOA, houve melhorias em alguns indicadores, e em outros não. Embora, as vantagens que a Integração proporciona não foram aproveitadas na sua plenitude, o que se deve ao facto de haver constantes instabilidades políticas que se viu desde o ano seguinte a sua adesão. Acrescenta ainda na sua conclusão que a integração será benéfica para a Guiné-Bissau a partir do momento em que houver estabilidade política, uma boa governação, políticas voltadas ao desenvolvimento económico e instituições de Estado sólidas. Isto porque a Guiné-Bissau é um país rico em recursos naturais, e com terras férteis e propícias a prática de agricultura. Essas vantagens comparativas podem ser usadas para criar mais riqueza para o país, passando a ser um grande exportador para o bloco, assim como para os demais países do mundo.

FINANÇAS PÚBLICAS DA GUINÉ-BISSAU

Enquadramento

“Hoje utiliza-se a expressão «Finanças Públicas» para designar a «atividade económica de um ente público tendente a afetar bens à satisfação de necessidades que lhe estão confiadas”.
(De Sousa, 1992) citando (Sousa Franco, 1987)

Segundo (Cruz, 2007) citado por (Sambú, 2015), um dos problemas que as finanças públicas de muitos países em desenvolvimento, em particular, a Guiné-Bissau, enfrentam é a tendência despesista. A eficiência da gestão pública feita no passado é questionável, sobretudo quando se leva em conta o fraco crescimento económico e a não melhoria das condições de vida das populações, refletidos nos indicadores socioeconómicos. Aliás, o elevado nível da pobreza, de endividamento e o pesado serviço da dívida externa corroboram a incorreção das decisões de investimento público e privado.

A compreensão da evolução das finanças públicas da Guiné-Bissau torna-se mais clara se o horizonte temporal da análise for alargado em retrospectiva para além do ano em que se deu a entrada na união.

Receitas Públicas

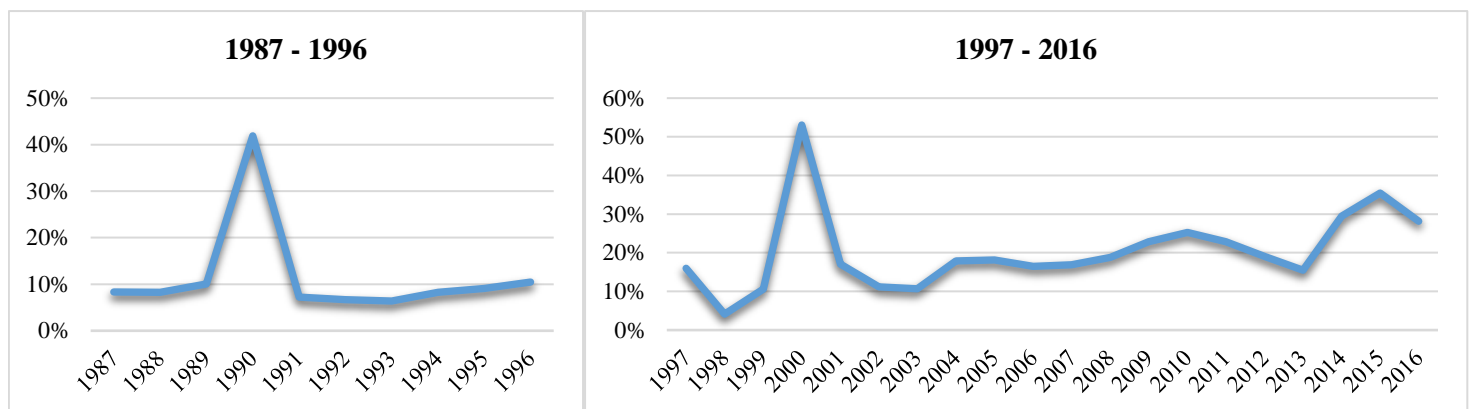
As receitas totais da administração pública da Guiné-Bissau aumentou significativamente ao longo do período em análise. (ver figura 2)

Analisando os últimos dez anos que precedem a entrada na união económica e monetária, destaca-se a importância do programa de estabilização e ajustamento estrutural de 1988 apoiado pelo BM e o FMI, e o comportamento do gráfico é bastante elucidativo deste acontecimento, destacando-se o ano de 1990, em que as receitas públicas atingem o ponto mais alto do período antes UEMOA, 42% do PIB, motivado pelo elevado financiamento. Contudo, a variação situou-se em 2 pontos percentuais (p.p.) do PIB, ou seja, o crescimento das receitas entre 1987 e 1996 foi bastante tímido em termos de p.p. em relação ao PIB.

Influência da UEMOA nas Finanças Públicas da Guiné-Bissau

O ritmo de crescimento das receitas é mais acentuado no período após UEMOA, atingindo o pico do crescimento no ano de 2000, 53% do PIB, variando entre 1997 e 2016 12 p.p. do PIB. Embora as receitas públicas cresçam em percentagem do PIB desde o ano em que se deu a integração, é necessário salientar a quebra que houve um ano depois da integração em 1998, o ano em que se incendiou a guerra civil no país, retomando depois esta onda de crescimento a partir de 1999 até ao último ano da análise.

Figura 2 - RECEITA PÚBLICA TOTAL: EM % PIB



Fonte: Dados BCEAO

Despesas Públicas

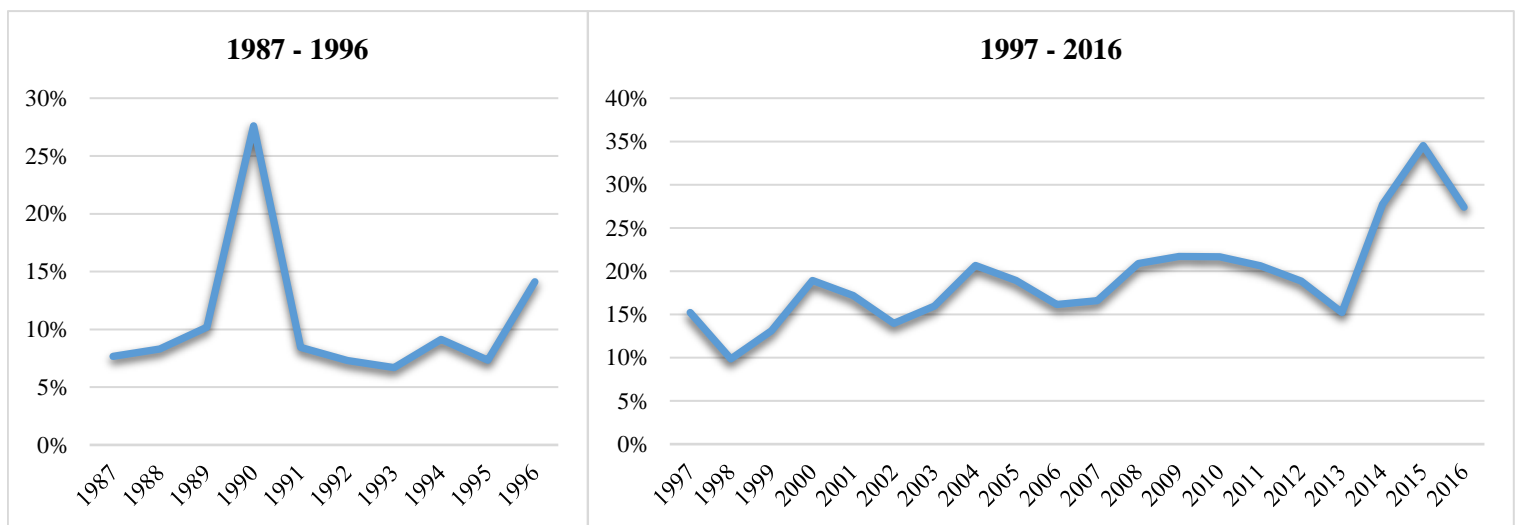
Entre 1987 e 2016 as despesas públicas apresentam uma tendência crescente, acompanhando assim o crescimento das receitas públicas. (ver figura 3)

Nos dez anos que antecederam a entrada na moeda única, verifica-se que entre 1987 e 1996 as despesas públicas cresceram cerca de 6 p.p. do PIB, um crescimento três vezes maior que o crescimento das receitas públicas no mesmo período, devido a forte aposta no investimento público. No ano de 1990, as despesas públicas atingiram o valor mais alto em todo o período em análise, 28% do PIB, motivado na sua larga maioria pelas despesas de capitais. A realização destas despesas foi possível devido ao desbloqueio do tranche do apoio do BM e o FMI neste ano para a implementação do programa de estabilização e ajustamento estrutural de 1988. A suspensão da ajuda por parte do BM e o FMI, em 1991, ditou o regresso a níveis de crescimento que se seguiu estável e de uma forma crescente ao longo dos anos seguintes.

Influência da UEMOA nas Finanças Públicas da Guiné-Bissau

Na observação do comportamento da figura 3 após a integração, destaca-se o forte ritmo de crescimento que houve ao longo do período, variando 12 p.p. do PIB entre 1997 e 2016, situando-se num intervalo entre 10% e 35% do PIB. Crescimento explicado pelo aumento das despesas correntes, devido a mudança na estratégia do Estado direcionando os esforços para o bem-estar das populações.

Figura 3 - DESPESA PÚBLICA TOTAL: EM % PIB



Fonte: Dados BCEAO

Défice

Nos trinta anos em análise as contas públicas guineenses estiveram sempre em défice, exceto nos anos de 1995 e 2009. O desequilíbrio orçamental é bastante dominante em todo o período em análise. (ver figura 4)

O valor do défice da administração pública, nos últimos anos antes da entrada do país na zona da moeda única, teve sempre uma tendência ascendente, embora no ano de 1995 apresentar um saldo superavit de 2% do PIB, mediante a um elevado valor proveniente da ajuda externa. Em 1996 registou-se uma diminuição de mais de metade do valor das doações em comparação com o ano anterior, o que culminou num elevado nível de necessidades de financiamento por parte

Influência da UEMOA nas Finanças Públicas da Guiné-Bissau

do Estado nesse ano que nem o crescimento expressivo das receitas correntes conseguiu colmatar.

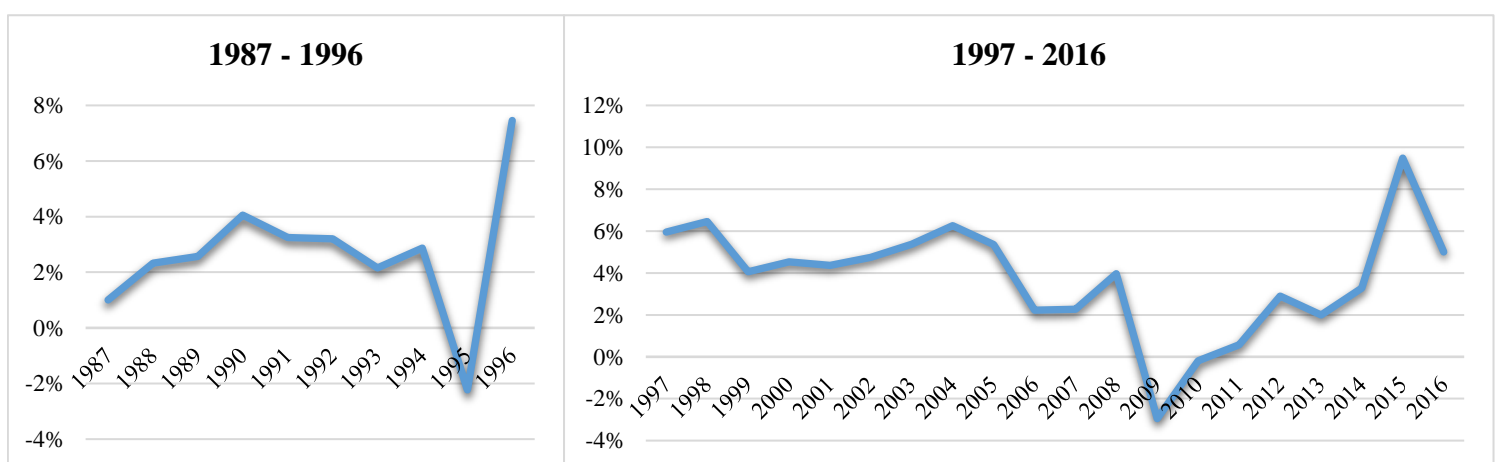
A adaptação das diretivas da UEMOA pelo Estado guineense após a integração pode ter contribuído para proporcionar ao público em geral, e aos colaboradores e parceiros em particular, uma nova dinâmica da transformação da visão futura das finanças públicas da Guiné-Bissau, mas não evitou as situações do défice excessivo nas contas públicas.

A partir de 1998, as despesas públicas tiveram uma tendência crescente ao longo dos anos seguintes, registando no ano de 2015 o ponto mais alto 35% do PIB. Enquanto que as receitas públicas cresceram a um ritmo superior, atingindo um máximo de 57% do PIB em 2000, mas, mesmo assim, em valores diminutos para anular o défice, com exceção do ano de 2009 em que o saldo global apresentou-se superavit, 3% do PIB, explicado também pelo aumento das doações nesse ano.

Importa salientar que ao longo de todo período em análise, quando se regista fortes diminuições nas doações, mesmo registando o aumento na arrecadação das receitas correntes, regista-se também elevado nível de necessidades de financiamento, ou seja, o défice das contas públicas, com destaque para os anos de 1996 e 2015.

Em suma, o Estado guineense tem feito grandes esforços no sentido de manter o défice orçamental abaixo dos 5%, de modo a estar em conformidade com os compromissos assumidos no quadro da UEMOA

Figura 4 - DÉFICE: EM % PIB



Fonte: Dados BCEAO

Dívida Pública

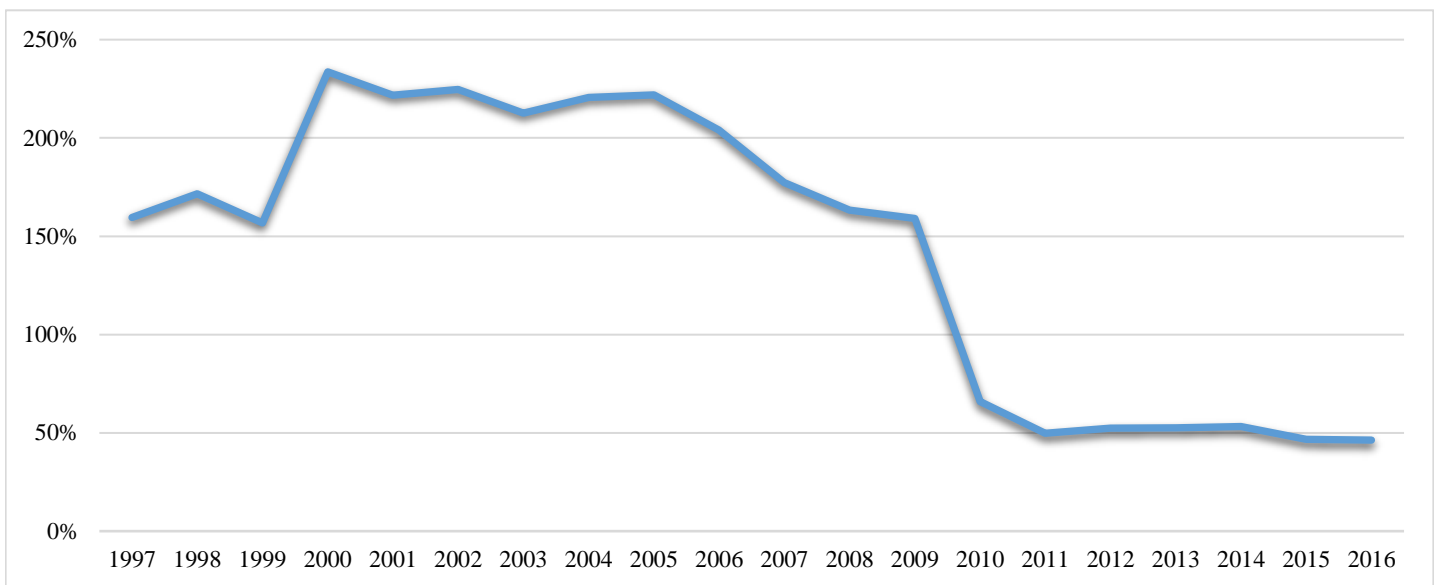
Com o Estado a assumir um papel determinante na economia depois da independência, atuando em quase todos os setores da atividade económica e social do país (produção, administração, comércio, saúde, educação e infraestruturas), incorrendo assim num elevado nível de despesas públicas e com um crescimento da receita que não acompanhava esse aumento da despesa, fez com que a dívida pública guineense aumentasse permanentemente, não só em valor absoluto, mas também em percentagens do PIB, assumindo um peso que dificultou a disponibilização de recursos para execução interna das políticas aprovadas. Com o passar dos anos, o elevado nível de endividamento e o pesado serviço da dívida externa fez o Estado perder a sua capacidade em cumprir com os seus compromissos, tornando a dívida pública insustentável. Isto é, passando de 473 milhões de dólares para 631 milhões entre 1987 e 1992, devido a falta de pagamentos dos tranches do reembolso. Segundo (Sangreman *at al*, 2008) citando Van Maanen, o país tinha uma dívida de mais de 3000% do PIB, dada a receita da exportação prevista.

A evolução da dívida pública nos anos que se seguiram depois da integração da Guiné-Bissau na UEMOA, apresentava-se decrescente a partir do ano de 2000, depois da crise que resultou na guerra civil de 98/99, como se pode ver na figura 5, embora continuava com valores exuberantes, continuando assim o Estado guineense a ser um dos mais endividados do mundo, o que levou o país a participar na iniciativa *heavily indebted poor countries – HIPC*.

Em dezembro de 2010, a Guiné-Bissau atingiu o ponto de conclusão desta iniciativa, o que resultou no perdão de mais de 86,5% da sua dívida. Nas palavras do chefe da missão do FMI para a Guiné-Bissau Paulo Drummond, atingir o ponto de conclusão da Iniciativa HIPC e obter o alívio da dívida são uma demonstração clara dos progressos realizados pela Guiné-Bissau nos últimos dois anos em termos do fortalecimento das políticas e do desempenho macroeconómico na sequência de um período prolongado de instabilidade política.

Com a perdão da dívida, o Estado guineense e os seus sucessivos governos têm conseguido desde 2010 manter a sua dívida dentro dos limites aceitáveis, cumprindo assim um dos critérios da convergência da união, que é manter a sua dívida interna e externa em relação ao PIB abaixo dos 70%.

Figura 5 - GUINÉ-BISSAU – DÍVIDA PÚBLICA % PIB



Fonte: Dados *WEO, IMF*

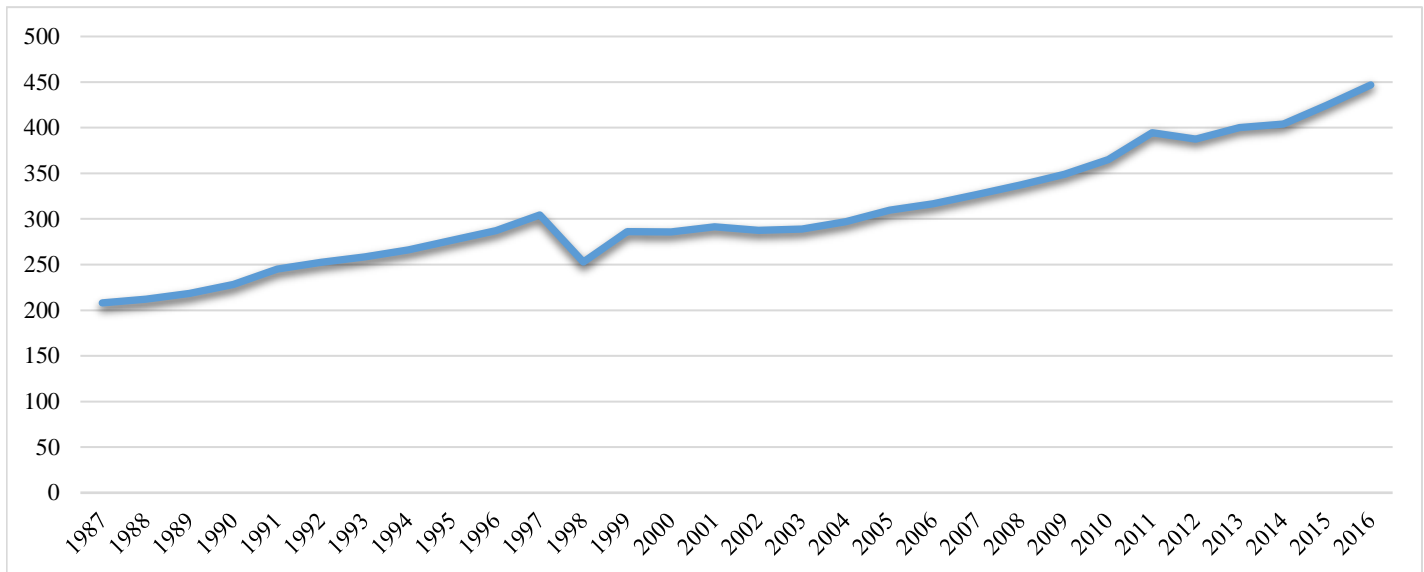
VARIÁVEIS MACROECONÓMICAS – ANÁLISE

Produto Interno Bruto (PIB)

Olhando para o PIB real do país, figura 6, observamos que o país tem crescido ao longo de todo o período em análise, com exceção do ano de 1998, um ano depois da integração do país na UEMOA, ano em que o crescimento do PIB sofreu uma queda significativa resultado do conflito armado entre as Forças Armadas e as tropas rebeldes do presidente da república na altura João Bernardo Nino Vieira.

Após a integração, e ultrapassado a crise que conduziu a guerra civil de 98/99, o país retomou a sua tendência crescente, atingindo um máximo histórico de 446,907 mil milhões de franco CFA no ano de 2016. Em média o PIB da Guiné-Bissau é de 306,964 mil milhões de franco CFA entre 1987 e 2016.

Figura 6 - PIB EM MIL MILHÕES DE FRANCO CFA

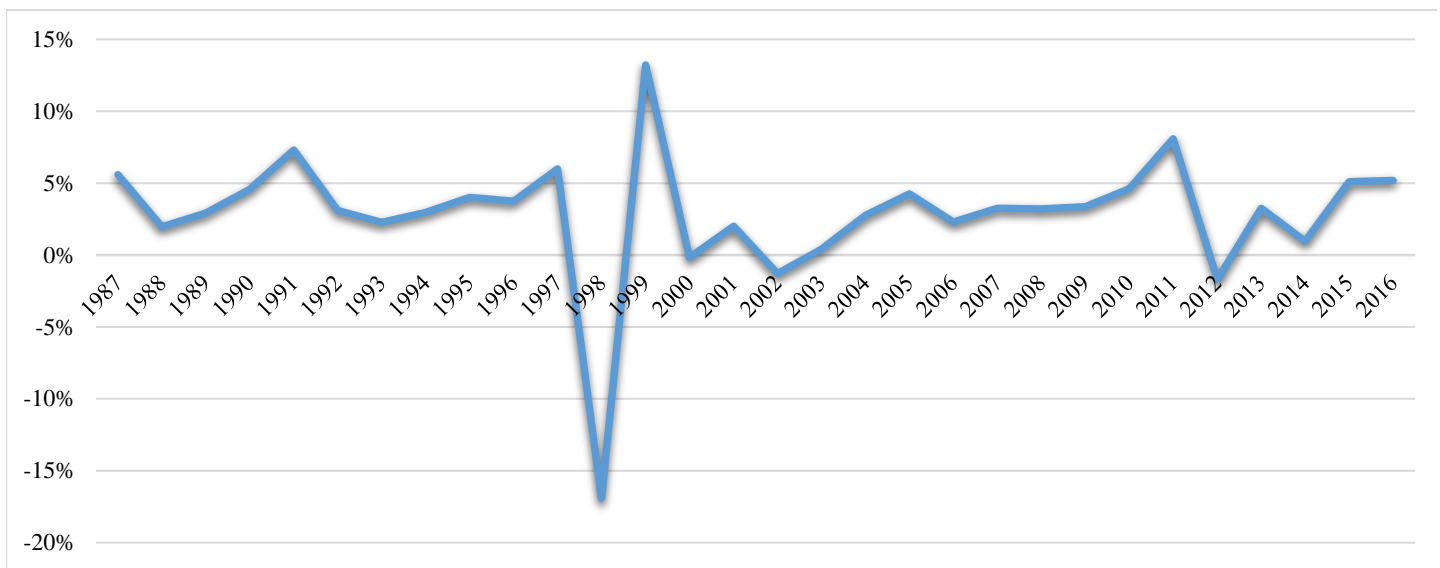


Fonte: Dados WEO, IFM

Taxa do Crescimento Anual do PIB

O crescimento anual do PIB tem sido bastante volátil ao longo dos anos, atingindo um máximo histórico de 13% no ano de 1999 e um recorde negativo de (17%) em 1998 devido a guerra civil. Em média a taxa de crescimento do PIB é de 3% entre 1987 e 2016. Após a entrada na união, podemos constatar (ver figura 7) que a maioria do período da recessão no crescimento económico do país está relacionado com os períodos de conflito ou das crises políticas que houve no país, é o caso de 1998 – Guerra Civil; 2000 – Assassinato do General das Forças Armadas o Brigadeiro Ansumane Mané; 2012 – Golpe Militar; e 2014/2015 – Crise política que resultou na deposição do Governo do Engenheiro Domingos Simões Pereira.

Figura 7 - TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB



Fonte: Dados WEO, IFM

Taxa de Inflação

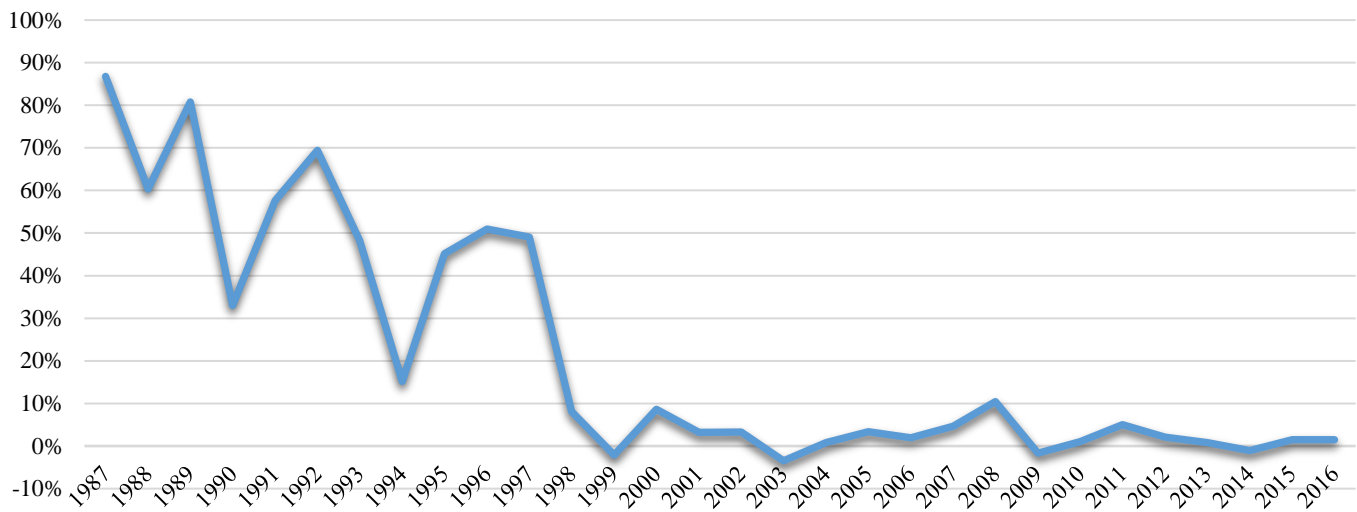
A taxa de inflação na Guiné-Bissau mede o aumento ou a queda nos preços de produtos que os consumidores pagam. Ao longo do período em análise (de 1987 a 2016), verificamos um comportamento decrescente na taxa de inflação do país.

Olhando para a figura 8, percebemos que antes da integração da Guiné-Bissau na UEMOA, a população vivia numa constante subida generalizada dos preços dos produtos causando diminuição no poder de compra das populações.

Com a entrada na união, os governos da Guiné-Bissau têm movido os seus esforços no sentido de manter a inflação abaixo dos 3%, em conformidade com o critério de convergência da união.

A política monetária é conduzida pelo BCEAO, e a adesão a zona do franco CFA com as suas regras restritivas em matéria de política fiscal e os seus limites para o financiamento monetário do défice, permite o país manter a estabilidade dos preços.

Figura 8 - TAXA DE INFLAÇÃO



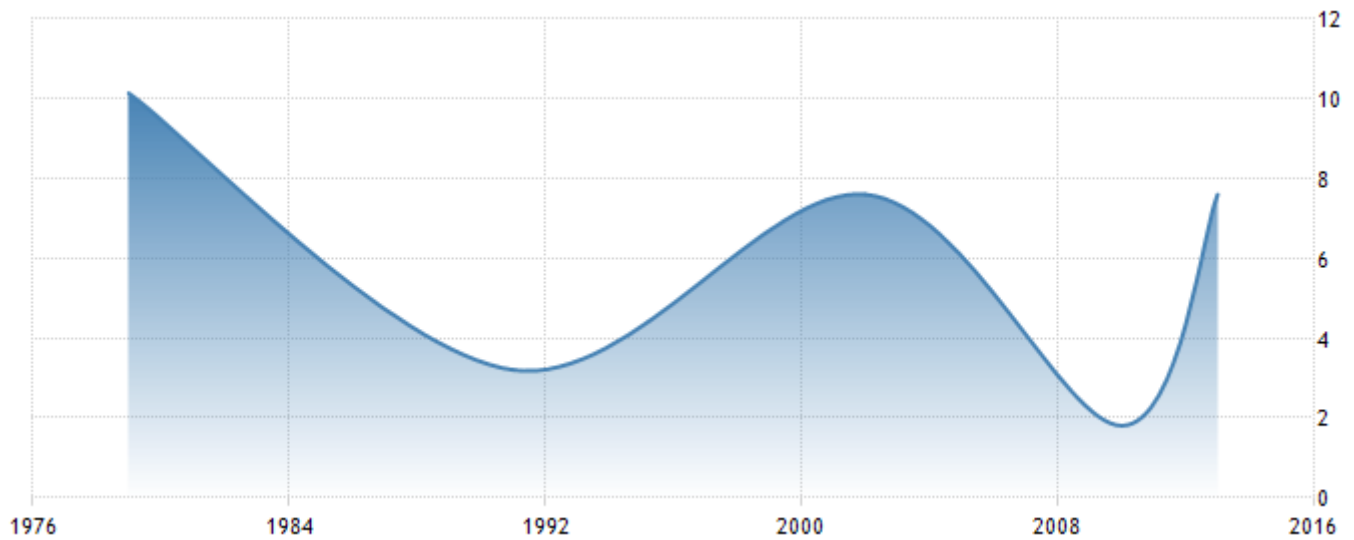
Fonte: Dados WEO, IFM

Taxa de Desemprego

Esta taxa, na Guiné-Bissau, mede o número de pessoas que procuram ativamente um emprego. Em 1979, a taxa de desemprego atingiu o seu máximo no valor de 10,14%, e um recorde de 1,80% em 2010, ano em que foi mais baixa.

O desemprego na Guiné-Bissau afeta cerca de 30% dos jovens, segundo os dados *de African Economic Outlook* (2012), a instabilidade política associada à fragilidade económica e ao desfasamento entre a formação e as necessidades económicas do país têm contribuído para o agravamento deste flagelo.

Figura 9 - TAXA DE DESEMPREGO

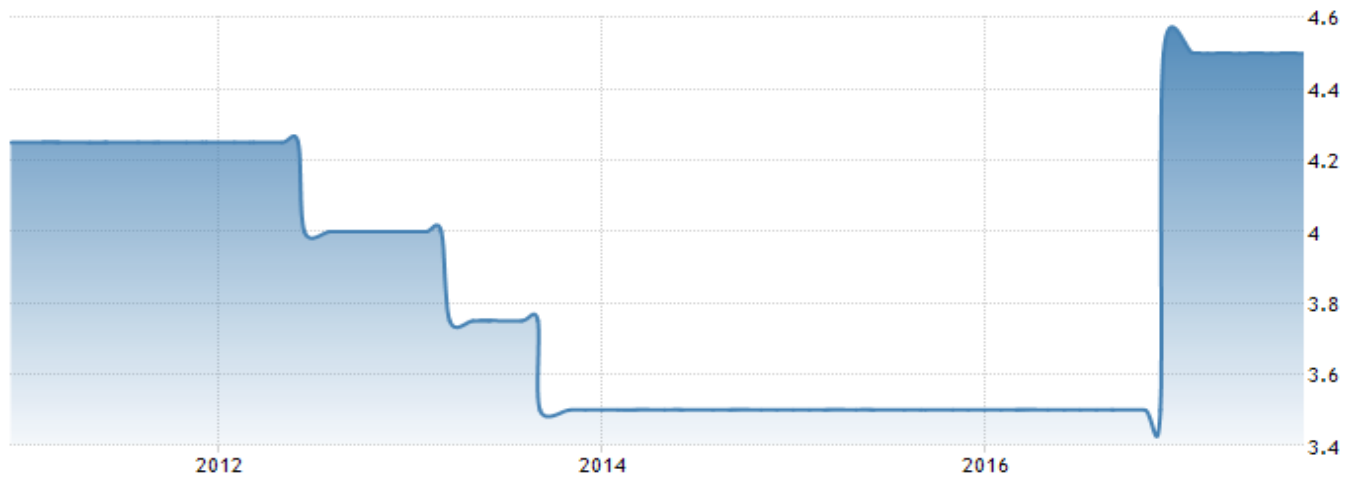


Fonte: *Trading Economics*

Taxa de Juro

Sendo um membro da UEMOA, a Guiné-Bissau é obrigado a seguir a taxa de juro determinada pelo BCEAO. Nos últimos anos, mais precisamente a partir de 2010, a taxa de juro da Guiné-Bissau tem andado ente 3,4% e 4,6% até aos dias de hoje, atingindo um máximo de 4,5% nos finais do ano de 2016, e registando a sua maior queda em 2013, como podemos verificar na figura 10.

Figura 10 - TAXA DE JURO



Fonte: *Trading Economics*

CAPÍTULO V - NOTA CONCLUSIVA

Muito se discute sobre a entrada da Guiné-Bissau na zona franco CFA, a forma precipitada e sem preparação adequada do país para esse processo.

Na alusão de vários autores sobre a integração da Guiné-Bissau na UEMOA, percebe-se que um anos após a independência o país encontrava-se submerso em crises resultantes de políticas inapropriadas, que veio a agravar-se nas décadas de 80/90 provocando desequilíbrios económicos e financeiros, o que obrigou o governo a adotar a partir de 1983 um programa de estabilização económica (PEE) em parceria com o BM e o FMI, seguiu-se uma política de liberalização comercial em 1986 e depois, por fim, por um programa de ajustamento estrutural (PAE) em 1987.

Para (Pereira J. M., 2012) a estratégia de desenvolvimento decorrente desses programas é a da redução, ou, se possível, a supressão da intervenção estatal direta em certas áreas da esfera económica, passando o Estado a assumir o papel de regulador e orientador do processo de desenvolvimento socioeconómico, bem como de impulsionador da atividade económica.

Na opinião de (Cruz, 2007), a situação da Guiné-Bissau no início dos anos 80, causada em parte, pela má aplicação de políticas económicas, o controle de preços, a valorização da taxa de câmbio ou o financiamento dos défices por emissão monetária, frágeis instituições e uma débil democracia, não parece levantar muitas dúvidas no que concerne às necessárias reformas.

Depois da entrada da Guiné-Bissau na zona franco CFA, muitos desses autores consideram que o país se beneficiou de numerosas vantagens tais como: a estabilidade monetária, estabilização da taxa de câmbio, a redução de custos e o aumento da competitividade nos setores da exportação, e entre outros.

Em suma, considero que, independentemente da forma como se deu esta integração, o país deve procurar potenciar e/ou aproveitar as inúmeras vantagens oferecidas pela união, de entre elas a monitorização e estabilidade do setor financeiro garantida pelo BCEAO e a integração na bolsa de valores da UEMOA. Pois, como defendida por vários autores, o débil desenvolvimento económico e social do país deve-se principalmente pela constante instabilidade política e a má governação. Sendo ainda a corrupção um dos grandes males do país, para (Cruz, 2007) a corrupção continua ainda a ser um dos grandes problemas da Guiné-Bissau e um embaraço ao desenvolvimento. Com instituições frágeis, desarticuladas ou até inexistentes, qualquer solução externa parece condenada ao fracasso, visto que a sociedade guineense padece de males, nomeadamente, a falta de educação cívica e de um compromisso que reveja o verdadeiro contrato social e que combata a coexistência dos setores formais e informais.

No intuito de dar respostas a pergunta de investigação, apuramos que depois da independência o país encontrava-se em grandes dificuldades na gestão das finanças públicas, em que a maior parte das receitas públicas para financiar o défice público e alavancar a economia provinham das ajudas externas; e, com a integração na união monetária e económica da sub-região, as variáveis económicas analisadas tiveram melhorias bastante expressivas, embora não seja a um ritmo sustentável de modo a que essa melhoria fosse sentida e/ou refletisse no bem-estar da população, visto que o país continua a ser um dos mais pobres do mundo, sendo ainda denominado ultimamente de Estado frágil e falhado. Segundo (Carvalho, 2015), fazendo referência a declaração da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – OCDE em 2005, define o Estado frágil como sendo “países caracterizados por uma ausência de engajamento político e/ou por uma fraca capacidade de desenvolver ou de executar políticas em favor dos pobres, devido a conflitos violentos e/ou uma fraca governação”, mediante esta definição compreende-se a denominação imputada a Guiné-Bissau atualmente.

E o mesmo acontece quando se fala em Estado falhado. Pois, para o mesmo autor, esta é a versão mais preocupante do Estado frágil, caracterizando-os “pelo disfuncionamento das instituições, que tem como consequência a incapacidade de cumprir com as obrigações padrão do Estado moderno, ser - paraíso - para o crime transnacional, ser Estado ilegítimo ou não representativo , ter carência de projetos de construção nacional, possuir níveis altos de corrupção, possuir risco elevado de conflito violento e constituir ameaça para estabilidade internacional”.

A UEMOA tem afetado as finanças públicas guineense através das suas diretivas da lei das finanças, com vista a consolidação da estabilidade orçamental e melhoria da qualidade, transparência e eficácia das finanças públicas; também através da sua política comercial, com aplicação da tarifa externa comum; e por fim, através dos critérios de convergência da união que o país se viu obrigado a adotar.

Segundo (Pereira J. M., 2012), estes critérios de convergência reforçam as medidas de liberalização da política monetária no seio da UEMOA, como sucede também com a perda de dois instrumentos de intervenção contra os choques específicos que podem afetar os países da União, tais como a taxa de juro e as taxas de câmbio, assim como a centralização da política monetária consagrada a autoridade monetária (BCEAO).

O sistema de critérios de convergência posto em prática desde 1994 contribuiu para o saneamento das finanças públicas. O que contribuiu para uma melhor arrecadação das receitas públicas do país no período pós UEMOA, impulsionado na sua maior parte pelo aumento das receitas correntes, ou seja, as receitas fiscais. O que permitiu diminuir o grande peso das doações e do financiamento na acumulação das receitas públicas totais.

“A adoção dos critérios obriga os Estados–membros a conduzirem as suas políticas económicas de forma mais apropriada e menos divergente no seu conjunto, permitindo melhorar as estruturas das despesas públicas e o surgimento de excedentes primários visando assegurar a sustentabilidade da dívida” (Pereira J. M., 2012).

Pode-se afirmar que é o que tem acontecido no caso da Guiné-Bissau, visto que depois de se integrar na comunidade económica e monetária da África Ocidental, viu-se obrigado a mudar a sua estratégia de desenvolvimento, ou seja, passou a dar mais ênfase a realização das despesas correntes, isto é, as despesas com os salários dos funcionários públicos e as subvenções às empresas públicas. E sendo o Estado o maior empregador do país, este aumento faz com que

haja um aumento no rendimento nacional das famílias, consequentemente permitindo que haja um aumento no consumo das populações.

Visto isso, é legítimo considerar que a UEMOA pode ser uma força motora para o desenvolvimento económico da Guiné-Bissau, isto é, se associarmos os benefícios que a união oferece com a boa governação o país poderá atingir um crescimento económico e social sustentável, proporcionando o bem-estar a população.

CAPÍTULO VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BCEAO - *BANQUE CENTRALE DES ETATS DE L'AFRIQUE DE L'OUEST*. (2017).
Obtido de BCEAO : <http://www.bceao.int/-Statistiques-.html>
- Cabral, M. D. (12 de 2000). União Económica e Monetária Europeia: Condicionante de Políticas Económicas dos Estados Membros. Minho, Portugal: Universidade do Minho.
- Carvalho, A. M. (2015). *Política Externa da Guiné-Bissau Face aos Novos Paradigmas nas Relações Internacionais* (II.ª Edição ed.). Guiné-Bissau: INACEP.
- Correia, T. A. (2012). *Política Fiscal, Composição da Despesa e o Crescimento Económico da Guiné-Bissau, no contexto da CDEAO*. Minho, Portugal: Universidade de Minho.
- Cruz, J. M. (2007). *O Programa de Ajustamento Estrutural na República da Guiné-Bissau: Uma avaliação política e ética*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- De Sousa, D. P. (1992). *Finanças Públicas*. Lisboa: ISCSP.
- Diop, M., Songwe, V., Giugale, M., Pigato, M., & Hanusch, M. (2015). *GUINÉ-BISSAU: Memorando Económico do País - Terra Ranca! Um Novo Começo*. EUA: Banco Mundial.
- Diop, M., Songwe, V., Giugale, M., Pigato, M., & Hanusch, M. (s.d.). *GUINÉ-BISSAU* .
- Djaló, A. M. (2010). *Regionalização Como Busca De Alternativas Na África Pós-Colonial: A Guiné-Bissau E A União Económica E Monetária Da África Ocidental (Uemoa)*. Florianópolis: Universidade Federal De Santa Catarina .
- Farto, M., & Morais, H. (2010). Choque da integração na UE e seu esgotamento: luz e sombras. *JANUS ANUÁRIO*, 2.
- Guimarães, E. M. (1992). *O Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau a Experiência dos anos 80*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão.
- International Monetary Fund*. (2017). Obtido de IMF: https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/01/weodata/weoselser.aspx?c=654&t=1#sNGDP_R
- McKinnon, R. I. (2011). Optimum Currency Areas - The American Economic Review, Vol. 53, No. 4 (Sep., 1963), pp. 717-725. *American Economic Association*, 10.
- Mundell, R. A. (1961). A Theory of Optimum Currency Areas. *American Economic Association - The American Economic Review Vol. 51, No. 4 (September 1961)*, 9.
- Olivier, A. K. (2014). Ortodoxia E Heterodoxia Económicas: O Caso Da União Económica E Monetária Da África Ocidental (Uemoa). 84. Brasília, Brasil: Universidade De Brasília.
- Pereira, J. M. (2012). *Direito Comunitário Material e Integração Sub-Regional: Contributo para o Estudo das Mutações no Processo de Integração Económica e*

Monetária na África Ocidental. Lisboa, Portugal: Universidade de Lisboa - Faculdade de Direito.

Pereira, P. T., Afonso, A., Aranja, M., & Santos, J. C. (2007). *Economia e Finanças Públicas* (2ª Edição ed.). Lisboa: Escolar Editora.

Pereira, P. T., Afonso, A., Aranja, M., & Gomes Santos, J. C. (2012). *Economia e Finanças Públicas*. Lisboa: Escolar Editora.

Sambú, M. (2015). A Política Económica no Contexto da UEMOA: Investimento Direto Estrangeiro na Economia da Guiné-Bissau - Uma Abordagem . Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Sanfins dos Santos, S. I. (7 de 2013). Determinantes, custos e sustentabilidade da dívida pública – uma aplicação para a União Europeia. Porto, Porto, Portugal: Universidade de Porto.

Sangreman, C. (2016). A Política Económica E Social Na Guiné-Bissau – 1974 – 2016. Lisboa: Working Paper CEsa CSG.

Sangreman, C., Jr, F. S., Zevevino, G., & Barros, M. (2008). *Guiné-Bissau (1994-2005). Um Estudo Social Das Motivações Eleitorais Num Estado Frágil*. researchgate.

Silva, J. I. (2015). *A Integração Económica Da Guiné-Bissau Na Uemoa*. Rio De Janeiro: Universidade Federal Do Rio De Janeiro.

Template Style. (23 de 08 de 2017). *Melhor Cooperação- Melhor Desenvolvimento*. Obtido de Melhor Cooperação- Melhor Desenvolvimento: <http://cooperacao-desenvolvimento.blogspot.pt/p/glossario-minimo.html>

The World Bank. (2017). Obtido de The World Bank : <http://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau>

Trading Economics. (2017). Obtido de Trading Economics: <https://tradingeconomics.com/analytics/indicators.aspx>

Zhao, X., & Kim, Y. (2009). Is the CFA Franc Zone an Optimum Currency Area? *World Development Vol. 37, No. 12, pp. 1877–1886, 2009*, 10.

ANEXOS

Anexo A – Tabela das Operações Financeiras do Estado (TOFE), BCEAO

DADOS DO BCEAO

Em mil milhões de Franco CFA

	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
RECEITAS PÚBLICAS - R1	20,500	19,300	26,100	24,400	20,300	16,300	18,100	25,800	40,700	29,700	44,000	10,500	29,900	51,100
RECEITA TOTAL SEM DOAÇÕES - R2	6,800	6,300	7,500	12,400	9,000	7,000	7,000	6,600	13,500	17,300	24,100	6,600	23,900	29,500
RECEITA CORRENTE - R3	4,300	3,900	2,700	5,100	4,300	2,300	3,300	6,600	13,500	17,300	24,100	6,600	23,900	29,500
Receitas Fiscais	1,700	1,600	2,000	4,000	3,100	1,600	2,500	3,000	6,300	9,500	12,600	4,500	12,800	17,500
Impostos diretos	2,500	2,400	4,800	7,300	4,600	4,000	3,500	1,000	1,300	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Imposto sobre comércio externo	2,900	2,700	1,400	3,100	2,600	1,200	2,000	0,000	0,000	5,700	8,800	2,300	7,000	8,400
Receitas não fiscais	2,500	2,400	4,800	7,300	4,600	4,000	3,500	3,500	7,200	7,800	11,500	2,100	11,100	12,000
Receitas de Capital	2,500	2,400	4,800	7,300	4,600	4,800	3,700	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
DOAÇÕES	13,700	13,100	18,600	12,000	11,300	9,300	11,100	19,300	27,200	12,400	20,000	3,900	6,000	21,600
DESPESAS PÚBLICAS - D1	23,600	26,800	34,900	28,600	33,000	29,000	26,700	37,600	31,200	63,000	72,300	30,400	43,300	67,200
DESPESAS TOTAIS SEM EMPRESTIMOS - D2	23,500	22,700	33,200	24,800	29,500	26,000	25,700	36,900	31,300	42,400	51,600	30,400	43,300	67,200
DESPESAS CORRENTES - D3	8,900	7,700	12,600	10,500	12,700	9,400	9,500	15,400	15,700	22,000	23,700	22,900	28,400	51,900
Salário	2,900	2,300	3,100	2,700	3,400	2,300	2,200	2,800	2,900	4,400	4,900	5,700	6,900	10,500
Transferências e subsídios	0,900	0,600	1,100	0,900	1,100	1,400	1,000	2,100	2,300	8,400	4,400	3,300	4,700	5,300
Subvenções às empresas públicas	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	4,400	3,300	4,700	5,300
Outras despesas correntes	2,700	2,500	4,600	4,100	4,300	3,000	2,500	4,700	3,700	0,000	6,100	5,600	8,000	27,300
JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA - D4	2,500	2,400	3,800	2,700	3,900	2,700	3,800	5,700	6,800	9,200	8,300	8,300	8,800	8,800
Juros da dívida interna	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,300	0,000	0,000	0,000
Juros da dívida externa	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	5,700	6,800	9,200	8,000	8,300	8,800	1,000
DESPESA DE CAPITAL D5	14,600	15,000	20,600	14,300	16,800	16,600	16,200	21,600	15,600	20,400	27,900	7,500	14,900	15,300
Financiamento Interno	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,100	0,200	1,600	2,000	3,600	8,300	3,500

Influência da UEMOA nas Finanças Públicas da Guiné-Bissau

Financiamento Externo	14,600	15,000	20,600	14,300	16,800	16,600	16,200	21,500	15,300	18,800	25,900	3,900	6,600	11,800
OUTRAS DESPESAS	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
EMPRÉSTIMOS LIQUIDOS	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,600	-0,100	20,600	20,700	0,000	0,000	0,000
EQUILÍBRIO DE BASE PRIMÁRIO (R2 - D3 + D4 - D51)	0,300	0,900	-1,200	4,700	0,100	0,400	1,300	-3,200	4,400	2,900	6,700	-11,600	-4,000	-17,100
BALANÇO GLOBAL SEM DOAÇÕES (R2 - D1)	-16,800	-20,600	-27,400	-16,200	-24,000	-22,000	-19,700	-31,000	-17,700	-45,700	-48,200	-23,800	-19,400	-37,700
BALANÇO GLOBAL (R1 - D1)	-3,100	-7,500	-8,800	-4,200	-12,700	-12,700	-8,600	-11,700	9,500	-33,300	-28,300	-19,900	-13,400	-16,100
VARIAÇÃO ANTERIORES	-0,100	0,000	2,000	-1,000	3,200	3,200	1,600	0,000	0,000	0,200	-3,800	11,600	9,600	-117,600
Em despesas internas	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,200	-3,800	5,600	2,400	5,000
BALANÇO GLOBAL BASE DE CASO (BG - V)	-6,300	-14,900	-15,600	-9,400	-22,200	-22,200	-15,500	-11,700	9,500	-33,100	-32,100	-8,300	-3,800	-133,700
FINANCIAMENTO	5,200	7,300	8,300	19,000	7,900	10,100	7,400	8,200	-2,000	17,100	31,800	2,200	5,100	137,300
FINANCIAMENTO INTERNO	-5,100	-4,000	-4,100	8,500	-2,400	1,300	0,000	0,200	-5,900	4,400	6,200	-0,200	5,200	5,000
FINANCIAMENTO BANCÁRIO	-5,100	-4,000	-4,100	8,500	-2,400	1,300	0,000	-3,900	-2,800	4,400	6,200	0,200	5,200	4,400
BCEAO	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Financiamento Interno dos bancos comerciais	-5,100	-4,000	-4,100	8,500	-2,400	1,300	0,000	-3,900	-2,800	4,400	6,200	0,200	5,200	4,400
FINANCIAMENTO NÃO BANCÁRIO	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	-0,400	0,000	0,600
Receitas de privatização	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Outro financiamento não bancário	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	-0,400	0,000	0,600
FINANCIAMENTO EXTERNO	10,300	11,300	12,400	10,500	10,300	8,800	7,400	8,000	3,900	12,700	25,600	2,400	-0,100	132,300
Empréstimos	0,000	0,000	0,000	0,000	4,200	8,400	6,800	10,900	7,700	10,500	28,700	6,100	1,500	10,200
Amortização da dívida externa	-4,300	-4,200	-9,000	-5,200	-8,800	-8,600	-9,600	-20,000	-17,800	-15,100	-3,100	-10,500	-12,100	-12,500
Cancelamento da dívida	3,200	5,100	4,800	7,400	3,000	0,400	4,200	0,200	0,100	24,700	0,000	0,000	0,000	134,600
Amortização correntes	0,900	0,500	3,800	0,000	5,700	7,900	6,600	17,000	14,000	-7,400	0,000	6,800	10,500	0,000
Outros financiamentos externos	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Erros e Omissões	-2,000	0,200	-1,500	-13,900	1,600	12,100	8,100	3,500	-7,500	16,000	0,300	6,100	-1,300	-3,600

Influência da UEMOA nas Finanças Públicas da Guiné-Bissau

DADOS DO BCEAO

Em mil milhões de Franco CFA

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
RECEITAS PÚBLICAS - R1	45,600	30,400	35,100	49,100	48,120	50,600	53,700	65,400	98,490	91,200	90,700	71,000	61,000	115,350	124,900	117,630
RECEITA TOTAL SEM DOAÇÕES - R2	24,500	21,700	20,800	24,500	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
RECEITA CORRENTE - R3	24,500	21,700	20,800	24,500	27,980	31,450	26,600	34,600	35,380	44,600	52,600	46,000	41,200	65,580	84,800	84,930
Receitas Fiscais	14,800	11,900	11,900	11,800	18,330	18,470	18,800	20,900	26,580	33,100	40,250	38,900	35,400	44,180	61,900	68,430
Impostos diretos	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	13,280	13,530	15,090	19,330	24,190	27,050	26,000	22,700	29,900	40,800	43,610
Imposto sobre comércio externo	6,600	0,000	0,000	0,000	5,790	4,690	4,770	5,310	6,750	8,400	11,500	10,900	10,800	12,700	19,100	22,820
Receitas não fiscais	9,700	9,800	8,900	12,700	9,640	12,980	7,800	13,700	8,800	11,500	12,350	7,100	5,800	21,400	22,900	16,500
Receitas de Capital	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
DOAÇÕES	21,100	8,700	14,300	24,500	20,240	19,150	27,100	30,800	63,110	46,600	38,100	25,000	19,800	49,780	40,100	32,700
DESPESAS PÚBLICAS - D1	61,100	46,100	52,900	70,400	67,130	58,670	62,200	80,760	86,690	90,400	93,330	83,890	70,200	130,800	172,200	143,900
DESPESAS TOTAIS SEM EMPRESTIMOS - D2	61,100	46,100	52,900	70,400	67,130	58,670	62,200	80,760	86,690	90,400	93,330	83,890	70,200	130,800	137,000	134,000
DESPESAS CORRENTES - D3	41,100	33,700	34,900	42,100	44,030	38,970	38,200	53,460	45,600	49,900	56,300	62,200	49,700	86,580	91,300	89,000
Salário	11,000	10,500	13,600	16,200	21,260	12,760	12,200	20,140	20,100	26,200	23,600	25,100	24,200	31,390	31,000	30,200
Transferências e subsídios	7,200	7,400	5,200	5,000	6,080	8,300	9,400	12,360	11,600	6,700	11,800	12,800	12,900	19,650	18,760	19,000
Subvenções às empresas públicas	7,200	7,400	5,200	5,000	16,060	21,060	21,600	26,020	24,500	22,600	32,300	37,000	27,740	0,000	0,000	0,000
Outras despesas correntes	10,700	8,900	8,400	12,200	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA - D4	12,200	6,900	7,700	8,700	6,720	5,140	4,400	7,300	1,000	1,100	0,400	0,100	0,400	2,700	1,500	3,200
Juros da dívida interna	0,000	0,000	0,000	0,000	1,200	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1,300
Juros da dívida externa	0,300	7,100	2,800	0,000	5,500	5,140	4,400	7,300	1,000	1,100	0,400	0,100	0,000	0,000	1,500	1,900
DESPEZA DE CAPITAL D5	20,000	12,400	15,300	15,800	22,500	17,400	24,000	27,300	41,090	40,500	37,030	21,690	20,500	39,990	45,700	45,000
Financiamento Interno	2,500	0,700	0,100	0,500	1,100	0,400	1,200	1,600	1,350	0,500	1,900	0,590	0,100	0,760	4,700	5,100
Financiamento Externo	17,500	11,700	15,200	15,300	21,400	17,000	22,800	25,700	39,740	40,000	35,130	21,100	20,400	39,230	41,000	39,900
OUTRAS DESPESAS	0,000	0,000	2,700	12,500	0,600	2,300	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	4,230	0,000	0,000
EMPRÉSTIMOS LIQUIDOS	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	35,200	9,900

Influência da UEMOA nas Finanças Públicas da Guiné-Bissau

EQUILÍBRIO DE BASE PRIMÁRIO (R2 - D3 + D4 - D51)	-6,900	-5,800	-6,500	-8,800	-9,440	-2,370	-7,200	-11,560	-9,220	-4,200	-3,300	-	-8,100	-18,300	-5,000	-0,870
												16,100				
BALANÇO GLOBAL SEM DOAÇÕES (R2 - D1)	-36,600	-24,400	-32,100	-45,900	-39,250	-27,220	-35,600	-46,160	-	-45,800	-	-	-	-65,220	-87,400	-58,970
									51,310	40,730	37,890	29,000				
BALANÇO GLOBAL (R1 - D1)	-15,500	-15,800	-17,800	-21,300	-18,910	-8,070	-8,500	-15,360	11,800	0,800	-2,630	-	-9,200	-15,440	-47,300	-26,270
												12,890				
VARIAÇÃO ANTERIORES	4,700	8,100	20,600	6,000	3,710	8,380	6,900	10,000	-0,400	-7,700	-3,500	2,900	3,100	-2,000	-8,100	-4,000
Em despesas internas	1,900	5,300	14,800	1,500	-0,100	5,520	4,200	4,800	-4,800	-7,700	-3,500	2,900	3,100	-2,000	-8,100	-4,000
BALANÇO GLOBAL BASE DE CASO (BG - V)	-10,800	-7,700	2,800	-15,300	-15,210	0,310	-1,600	-5,360	11,400	-7,000	-6,130	-9,990	-6,100	-17,440	-55,400	-30,270
FINANCIAMENTO	15,200	6,400	0,200	11,800	16,150	9,400	9,590	7,290	-7,200	14,400	12,570	13,800	10,200	23,560	51,900	30,270
FINANCIAMENTO INTERNO	-0,800	-0,300	-5,400	-1,600	-0,750	-0,100	-1,010	-2,210	-	7,200	3,500	9,000	5,700	0,200	37,300	17,570
									11,510							
FINANCIAMENTO BANCÁRIO	-3,900	3,200	-4,400	-1,200	-0,820	-1,900	0,090	-2,210	-	7,200	3,500	9,000	5,700	0,200	37,300	17,570
									10,510							
BCEAO	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	4,400
Financiamento Interno dos bancos comerciais	-3,900	3,200	-4,700	-5,400	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,200	37,300	13,170
FINANCIAMENTO NÃO BANCÁRIO	3,100	-3,500	-1,000	-0,400	0,160	1,800	-1,100	0,000	-1,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Receitas de privatização	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Outro financiamento não bancário	3,100	-3,500	-1,000	-0,400	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
FINANCIAMENTO EXTERNO	16,000	6,700	5,600	13,400	16,900	9,500	10,600	9,500	4,310	7,180	9,070	4,800	4,500	23,360	14,600	12,700
Empréstimos	4,600	4,900	8,000	13,800	6,200	8,800	11,600	11,400	5,100	4,700	9,430	5,000	4,600	23,700	26,800	27,700
Amortização da dívida externa	-17,400	-19,700	-19,000	-19,800	-18,000	-13,400	-12,200	-12,800	-	-451,500	-0,360	-0,200	-0,100	-0,340	-12,200	-15,000
									10,670							
Cancelamento da dívida	26,000	7,100	4,700	4,500	5,300	5,400	3,600	4,900	5,680	454,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Amortização correntes	2,800	14,400	11,900	14,900	13,400	9,000	7,600	6,000	4,200	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Outros financiamentos externos	0,000	0,000	0,000	0,000	10,000	-0,300	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Erros e Omissões	-4,400	1,300	-3,000	3,500	-1,000	-9,700	-6,600	-4,860	-4,200	-7,500	-6,400	-3,800	-4,100	-6,100	5,300	0,000

Influência da UEMOA nas Finanças Públicas da Guiné-Bissau

Anexo B – Dados da World Economic Outlook (WEO), IMF

	Unidade	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
PIB real	FCFA	208,039	212,113	218,318	228,317	244,995	252,578	258,327	265,981	276,662	287,03	304,231	252,786	286,221	285,73
Taxa de Crescimento do PIB	%	6%	2%	3%	5%	7%	3%	2%	3%	4%	4%	6%	-17%	13%	0%
Total de Investimento	% PIB	18%	24%	22%	16%	12%	16%	13%	22%	9%	8%	12%	4%	4%	7%
Inflação	%	87%	60%	81%	33%	58%	69%	48%	15%	45%	51%	49%	8%	-2%	9%
Importação - Bens e Serviços	%	-18%	13%	13%	-13%	1%	21%	-32%	-5%	-1%	-8%	30%	-30%	12%	13%
Exportação - Bens e Serviços	%	40%	21%	-13%	33%	6%	-71%	165%	135%	-32%	-13%	116%	-42%	91%	38%
Receita Total Governo	% PIB	-	-	-	-	18%	17%	22%	22%	18%	21%	17%	4%	12%	22%
Despesa Total do Governo	% PIB	-	-	-	-	16%	17%	22%	31%	14%	15%	22%	14%	17%	25%
Empréstimos Líquidos do Governo	% PIB	-	-	-	-	3%	0%	-1%	-9%	4%	6%	-4%	-9%	-6%	-3%
Dívida Pública	% PIB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	160%	172%	157%	234%
Saldo da Conta Corrente	% PIB	-19%	-25%	-30%	-14%	-16%	-20%	-16%	-11%	-8%	-10%	-4%	-6%	4%	12%
Poupança Nacional Bruta	% PIB	12%	11%	6%	12%	4%	5%	6%	10%	3%	4%	7%	-2%	8%	19%
Défice Público		-	-	-	-	-3%	0%	1%	9%	-4%	-6%	4%	9%	6%	3%

Influência da UEMOA nas Finanças Públicas da Guiné-Bissau

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PIB real	291,461	287,717	288,875	296,85	309,516	316,66	326,996	337,472	348,84	364,93	394,43	387,674	400,297	404,158	424,817	446,907
Taxa de Crescimento do PIB	2%	-1%	0%	3%	4%	2%	3%	3%	3%	5%	8%	-2%	3%	1%	5%	5%
Total de Investimento	7%	9%	10%	7%	6%	6%	8%	6%	6%	7%	5%	7%	7%	8%	10%	11%
Inflação	3%	3%	-3%	1%	3%	2%	5%	10%	-2%	1%	5%	2%	1%	-1%	1%	1%
Importação - Bens e Serviços	13%	-9%	-15%	35%	-13%	13%	38%	10%	-1%	8%	-1%	-24%	-1%	34%	11%	19%
Exportação - Bens e Serviços	9%	-15%	-11%	21%	13%	-10%	65%	5%	10%	2%	15%	-30%	17%	12%	-7%	7%
Receita Total Governo	19%	12%	13%	19%	17%	16%	16%	23%	25%	20%	17%	12%	11%	22%	20%	16%
Despesa Total do Governo	21%	15%	19%	24%	21%	20%	23%	22%	21%	19%	18%	14%	13%	24%	22%	20%
Empréstimos Líquidos do Governo	-2%	-3%	-5%	-6%	-4%	-4%	-7%	1%	4%	2%	-1%	-2%	-2%	-1%	-2%	-4%
Dívida Pública	222%	225%	213%	221%	222%	204%	177%	163%	159%	66%	50%	52%	53%	53%	47%	46%
Saldo da Conta Corrente	5%	1%	2%	4%	0%	-4%	-3%	-2%	-5%	-9%	-4%	-12%	-7%	-3%	-1%	3%
Poupança Nacional Bruta	11%	10%	12%	11%	6%	2%	5%	4%	1%	-2%	1%	-4%	-1%	5%	9%	14%
Déficit Público	2%	3%	5%	6%	4%	4%	7%	-1%	-4%	-2%	1%	2%	2%	1%	2%	4%